



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS A EDUCAÇÃO**  
**BACHARELADO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

**ALINE PRISCILA ARAÚJO DE MORAIS**

**UMA ARQUITETURA DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS RE-  
LACIONADOS A CONTABILIDADE PÚBLICA SEGUNDO A  
LEI FEDERAL 4.320\_64**

Rio Tinto – PB

Abril de 2013

**ALINE PRISCILA ARAÚJO DE MORAIS**

**UMA ARQUITETURA DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS RE-  
LACIONADOS A CONTABILIDADE PÚBLICA SEGUNDO A  
LEI FEDERAL 4.320\_64**

Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel à banca examinadora no Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE), Campus IV da Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: M.SC Rodrigo Rebouças de Almeida.

M827u Moraes, Aline Priscila Araújo de.

Uma arquitetura de sistema de informação contábil adequado a Lei Federal 4.320/64 / Aline Priscila Araújo de Moraes. – Rio Tinto: [s.n.], 2013.

80f.: il. –

Orientador: Rodrigo Rebouças de Almeida.

Monografia (Graduação) – UFPB/CCAIE.

1.Integração de sistemas – Reaproveitamento. 2.Lei Federal 4.320/64.

3.Sistema de informação contábil. I. Título.

**ALINE PRISCILA ARAÚJO DE MORAIS**

**UMA ARQUITETURA DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS RE-  
LACIONADOS A CONTABILIDADE PÚBLICA SEGUNDO A  
LEI FEDERAL 4.320\_64**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Bacharelado em Sistemas de In-  
formação da universidade Federal da Paraíba – Campus IV, como parte dos requisitos  
necessários para obtenção do grau de **BACHAREL EM SISTEMAS DE INFORMA-  
ÇÃO**

Assinatura do autor: \_\_\_\_\_

**APROVADO POR:**

---

Orientador: Prof. M.Sc. Rodrigo Rebouças de Almeida.  
Universidade Federal da Paraíba – Campus IV

---

Raoni Kulesza  
Universidade Federal da Paraíba – Campus IV

---

José Jorge Lima Dias Jr  
Universidade Federal da Paraíba – Campus IV

Rio Tinto – PB

Abril de 2013

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por tudo que representa em minha vida.

A minha família em especial a minha mãe, pai e minha bisavó e minhas irmãs cujo o amor e sabedoria me inspiram a melhorar todo dia.

A meu namorado que sempre compreendeu meus momentos de ausência, e por seu grande incentivo para conclusão desse trabalho.

A minha doce irmã Polyana que me motivou e me ajudou na construção desse trabalho.

Aos meus amigos e amigas da UFPB que passaram dias e noites junto comigo estudando para as diversas disciplinas e projetos.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente com a construção desse trabalho em especial a Erick Rodrigo e Adriano Oliveira e aos meus colegas de trabalho.

A todos os professores da UFPB que contribuíram para na minha formação, em especial Rodrigo Rebouças por suas orientações e incentivo, assim como os professores José Jorge Lima Dias Jr e Raoni Kulesza por me concederem o privilégio de fazer parte da banca avaliadora.

“A mente que se abre a uma nova idéia jamais voltará ao seu tamanho original.”

Albert Einstein

## RESUMO

Com a necessidade de adequação a lei federal 4.320/64 em todas as entidades da federação, segundo as métricas da contabilidade internacional, foi feita uma comissão denominada Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON. Esta nova adequação acarreta mudanças nos vários sistemas contidos no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP. Nesse contexto, a nova contabilidade pública irá mudar algumas de suas arquitetura de processos. Analisando a documentação do MCASP para que possa ser introduzida estas mudanças, a citar, como a estrutura das contas e seus níveis contábeis. Este trabalho tem o objetivo de analisar os processos e os requisitos do sistema de contabilidade e os sistemas que se interligam a ele, por exemplo: Dívida Ativa; Crédito tributário; Execução da Despesa; Obras; Material; Suprimento de Fundos; Patrimônio; Contrato e Convênios. Após a análise de como ocorre o processo do antigo modelo de plano de contas foi realizada uma modelagem em alto nível dos sistemas de maneira genérica, com o intuito de facilitar a transição do sistema antigo para a adequação à lei 4.320/64 das entidades da federação até o ano de 2014.

Palavras chave: Sistema de Contabilidade Pública, Análise de Arquitetura de Processos, Lei 4.320/64.

## Lista de Tabelas

TABELA 1 - EXEMPLO DE MODELO DE ESTRUTURA DO ATUAL PLANO DE CONTAS PÚBLICO (TABELA RETIRADA DO LIVRO CONTABILIDADE PÚBLICA, VOL.5 DE 2012)	12
TABELA 2 - EXEMPLO DE MODELO DA NOVA ESTRUTURA DO PLANO DE CONTAS PÚBLICO (TABELA RETIRADA DO MANUAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA PARA 2013)	13
TABELA 3 - EXEMPLO DE MODELO DE ESTRUTURA DO PCASP PARA A 1 CLASSE DO NÍVEL 1.	32
TABELA 4 - EXEMPLO DE MODELO DE ESTRUTURA DO PCASP PARA A 1 CLASSE DO NÍVEL 2.	33
TABELA 5 - EXEMPLO DE MODELO DE ESTRUTURA DO PCASP PARA A 1 CLASSE DO NÍVEL 3.	33
TABELA 6 - EXEMPLO DE MODELO DE ESTRUTURA DO PCASP PARA A 1 CLASSE DO NÍVEL 4.	34
TABELA 7 - EXEMPLO DE MODELO DE ESTRUTURA DO PCASP PARA A 1 CLASSE DO NÍVEL 5.	34
TABELA 8 - EXEMPLO DE MODELO DE ESTRUTURA DO PCASP PARA A 1 CLASSE DO NÍVEL 6.	34
TABELA 9 - EXEMPLO DE MODELO DE ESTRUTURA DO PCASP PARA A 1 CLASSE DO NÍVEL 7.	35
TABELA 10 - EXEMPLO DE MODELO DE ESTRUTURA DO PCASP PARA A 1 CLASSE DO NÍVEL 8.	35

## **Lista de Siglas**

Art. - Artigo

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BNDS - Banco Nacional do Desenvolvimento

BB - Banco do Brasil

BPMN - Notação de Modelagem de Processo de Negócio

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CEF - Caixa Econômica Federal

CGF - Conselho de Gestão Fiscal

CPF - Cadastro de Pessoa Física

DF - Distrito Federal

GTCON - Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis

IFAC - International Federation Of Accountants

IPSAS - Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público

NBCASP - Normas Brasileiras

NICSP - Normas Internacionais Aplicado ao Setor Público

NFE - Nota Fiscal Eletrônica

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

OB - Ordem bancária

OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

PPP - Parcerias Públicas Privadas

PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

RPPS - Regimes Próprios de Previdência Social

STN - Secretaria do Tesouro Nacional Aplicado ao Setor Público

VPD - Variação Patrimonial Diminutiva

VPA - Variação Patrimonial Aumentativa

## Lista de Figuras

FIGURA 1 - EXEMPLO DE MODELO HIERÁRQUICO DE ÓRGÃO QUE CRIOU O NOVO PLANO DE CONTAS (FIGURA CRIADA PELO AUTOR DO TCC, FEVEREIRO DE 2013)	18
FIGURA 2 - EXEMPLO DE MODELO DAS ENTIDADES QUE DEVEM SE ADEQUAR AO NOVO PLANO DE CONTAS (FIGURA CRIADA PELO AUTOR DO TCC, FEVEREIRO DE 2013)	19
FIGURA 3 - EXEMPLO DE MODELO HIERÁRQUICO DOS ÓRGÃOS ESTABELECE PADRÕES PARA O NBCASP (FIGURA CRIADA PELO AUTOR DO TCC, FEVEREIRO DE 2013)	25
FIGURA 4 - EXEMPLO DE MODELO DA ESTRUTURA DO NOVO PLANO DE CONTAS VISANDO A NATUREZA DE INFORMAÇÃO PATRIMONIAL (FIGURA RETIRADA DO PCASP VOL. 5 DE 2012)	26
FIGURA 5 - EXEMPLO DE MODELO DA ESTRUTURA DO NOVO PLANO DE CONTAS VISANDO A NATUREZA DE INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (FIGURA RETIRADA DO PCASP VOL. 5 DE 2012)	27
FIGURA 6 - EXEMPLO DE MODELO DA ESTRUTURA DO NOVO PLANO DE CONTAS VISANDO A NATUREZA DE INFORMAÇÃO TÍPICA DE CONTROLE (FIGURA RETIRADA DO PCASP VOL. 5 DE 2012)	29
FIGURA 7 - EXEMPLO DE MODELO DE BALANÇO PATRIMONIAL (FIGURA RETIRADA DO LIVRO CONTABILIDADE PÚBLICA, VOL. 5 DE 2012)	31
Figura 8 - Exemplo de Modelo de Variação Patrimonial (Figura retirada do PCASP vol. 5 de 2012)	32
Figura 9 - Exemplo de Modelo dos Sistemas que se Interligam com Sistema Contábil (Figura criada pelo autor do TCC, fevereiro de 2013)	36
Figura 10 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema	38
Figura 11 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Dívida Ativa	41
Figura 12 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Patrimônio	44
Figura 13 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema Solicitar Material	48
Figura 14 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Receber Material	50
Figura 15 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Convênio de Receita	54
Figura 16 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Convênio de Despesa	57
Figura 17 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Contrato	60
Figura 18 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio de Sistema de Suprimento de Fundos	63
Figura 19 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa referente ao subprocesso Pré-Empenho	66
Figura 20 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa referente ao subprocesso Verificar Recursos	67
Figura 21 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa referente ao subprocesso Empenho	68
Figura 22 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa subprocesso de Anular empenho	69
Figura 23 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa referente ao subprocesso Estornar Anulação de Empenho	70
Figura 24 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa referente ao subprocesso Liquidação	71
Figura 25 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa referente ao subprocesso Contabilizar	72
Figura 26 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa	73

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1. OBJETIVOS, METODOLOGIA E QUESTÕES DE PESQUISA .....	14
1.1.1. <i>Objetivo Geral</i> .....	14
1.1.2. <i>Objetivos Específicos</i> .....	14
1.1.3. <i>Questões de Pesquisa</i> .....	14
1.1.4. <i>Metodologia</i> .....	15
1.1.5. <i>Organização do Trabalho</i> .....	15
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>17</b>
2.1. O PLANO DE CONTAS.....	17
2.1.2. <i>Novidades do novo plano de contas</i> .....	21
<b>3. A IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA DO PATRIMÔNIO .....</b>	<b>24</b>
3.1. COMO É COMPOSTO O PATRIMÔNIO PÚBLICO PARA O NOVO PLANO DE CONTAS.....	27
3.2. CONTAS FINANCEIRAS E PERMANENTES .....	28
3.3. AS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO SEGUNDO NOVO PLANO DE CONTAS .....	31
3.4. ESTRUTURA DO PCASP .....	31
<b>4. OS SISTEMAS QUE SE LIGAM COM OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE.....</b>	<b>36</b>
4.1 SISTEMA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS .....	37
4.2 SISTEMA DE CONTROLE DA DÍVIDA ATIVA .....	39
4.3 SISTEMA DE PATRIMÔNIO .....	41
4.4 SISTEMA DE MATERIAL.....	44
4.5 SISTEMA DE CONVÊNIOS.....	48
4.5.1 <i>Convênios de Receita</i> .....	48
4.5.2 <i>Convênios de Despesas</i> .....	50
4.6 SISTEMAS DE CONTRATOS .....	52
4.7 SISTEMAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	54
4.7.1 <i>Validações que devem ocorrer</i> .....	55
4.8 SISTEMAS DE EXECUÇÃO DA DESPESA .....	56
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>60</b>

## 1. Introdução

A Contabilidade brasileira vem passando por transformações significativas ao longo de sua consolidação. O governo, visando um alinhamento com as normas internacionais, planejou o estabelecimento de um padrão para as contas de todas as entidades da federação.

Com isso foi criado um grupo de trabalho (GTPCON e STN/CFC), que foi formado com objetivo de elaborar e padronizar as normas da contabilidade pública que está no manual contábil aplicado ao setor público - MCASP.

Para melhor adequação as normas internacionais, o atual plano de contas será reestruturado tendo em vista essas adequações. As principais novidades do novo plano de contas incluem um maior desdobramento de seus níveis contábeis segundo as classes.

No plano de contas vigente ocorrem as contas que são evidenciadas por resultado e patrimônio. Já no novo plano de contas acontecerá a evidenciação da classificação pela informação da natureza das contas que são subdivididas em três grupos: Contas com Informações de Natureza Patrimonial; Contas com Informações de Natureza Orçamentária; e Contas com Informações de Natureza Típica de Controle.

O patrimônio possui duas classes: as de variações patrimoniais aumentativas, que são as que decorrem de transações feitas onde aumenta o valor do patrimônio líquido, e a de variação patrimonial diminutiva que decorre de transações que diminuem o patrimônio líquido das entidades. A Tabela 1 apresenta a estrutura do plano de contas atual.

<b>Contas</b>	<b>Plano de contas atual</b>
<b>Patrimoniais</b>	<b>1. Ativo</b> <b>2. Passivo + patrimônio líquido</b>
<b>Resultado</b>	<b>3. Despesa</b> <b>4. Receita</b> <b>5. Resultado diminutivo do exercício</b> <b>6. Resultado aumentativo do exercício</b>

Tabela 1 - Exemplo de Modelo de Estrutura do Atual Plano de Contas Público (Tabela retirada do

livro contabilidade Pública, vol. 5 de 2012).

A tabela 2 a seguir apresenta a estrutura do novo plano de contas:

<b>Contas</b>	<b>Plano de contas atual</b>	<b>PCASP</b>
Patrimoniais	1. Ativo 2. Passivo + patrimônio líquido	1. Ativo 2. Passivo + patrimônio líquido
Resultado	3. Despesa 4. Receita 5. Resultado diminutivo do exercício 6. Resultado aumentativo do exercício	3. Variação patrimonial diminutiva 4. Variação patrimonial aumentativa
Controles da aprovação do planejamento e orçamento	1.9 Ativo compensado 2.9 Passivo compensado	5. Controles da aprovação do planejamento e orçamento 6. Controles da execução do planejamento e orçamento
Controles de atos potenciais	1.9 Ativo compensado 2.9 Passivo compensado	7. Controles de devedores 8. Controles de credores

Tabela 2 - Exemplo de Modelo da Nova Estrutura do Plano de Contas Público (Tabela retirada do Manual de contabilidade Pública para 2013)

Com o objetivo de auxiliar a especificação de sistemas de informação que se adequem ao novo plano de contas, este trabalho identificou todos os sistemas administrativos que geram informações necessárias a este plano.

A adequação ao novo plano de contas é uma obrigação legal de todos os municípios brasileiros, e, segundo contadores da prefeitura municipal de João Pessoa, poucos municípios possuem os sistemas adequados. Neste sentido, ao longo dos próximos anos centenas de iniciativas de desenvolvimento e adequação de sistemas contábeis públicos serão conduzidas.

Espera-se que os resultados deste trabalho auxiliem o analista de sistemas a identificar os sistemas envolvidos na administração municipal que afetam o sistema contábil adequado ao novo plano de contas; além de identificar que “gatilhos” ou “eventos” financeiros devem ser considerados nestes sistemas.

O trabalho foi conduzido através de entrevistas com profissionais de contabilidade da prefeitura municipal de João Pessoa, através da leitura de bibliografia especializada e atualizada sobre o assunto; através de informações obtidas com consultoria especializada (com João Fortes).

Após a análise das informações foi possível modelar em alto nível (para fugir das especificidades do ambiente do estudo de caso da prefeitura municipal de João Pessoa) os processos que se interligam com a contabilidade. Esta modelagem foi realizada usando a notação BPMN –Notações de Modelagem de Processo de Negócio- 2.0, padrão de modelagem de processos adotado internacionalmente.

## **1.1. Objetivos, Metodologia e Questões de Pesquisa**

### **1.1.1. Objetivo Geral**

Definir os processos, sistemas e eventos que afetam o sistema contábil adequado ao novo plano de contas, definido na Lei federal 4.320/64.

### **1.1.2. Objetivos Específicos**

Analisar o plano de contas e as mais importantes abordagens do novo plano de contas aplicado ao setor público;

Identificar as mudanças ocorridas no novo plano de contas;

Identificar a natureza do patrimônio segundo a lei 4.320/64.

Identificar a nova estrutura do PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público);

Identificar os processos que se interligam com a contabilidade;

Demonstrar em modelagem de alto nível a relação entre os processos que se interligam com a contabilidade.

### **1.1.3. Questões de Pesquisa**

**QP01.** Que sistemas serão afetados pelo novo plano de contas?

**QP02.** Quais os novos processos criados a partir do novo plano de contas para a contabilidade?

**QP03.** Quais são os eventos gerados pelos sistemas dos quais o sistema contábil, aderente ao novo plano de contas, dependem?

#### **1.1.4. Metodologia**

Neste trabalho não se utilizou uma única forma de pesquisa, foi utilizado a forma de pesquisa bibliográfica e exploratória e a partir disso teve as seguintes etapas:

1. Estudo bibliográfico sobre a construção do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP);
2. Estudo bibliográfico da tabela de lançamentos automáticos (TLA);
3. Estudo sobre a arquitetura dos processos do sistema que interagem com o sistema de contabilidade;
4. Entrevista com funcionários de entidades públicas para a obtenção do processo dos sistemas;

No que se refere à pesquisa exploratória, a classificação ocorreu dessa maneira, pois ela aborda um assunto de pouca exploração atualmente. Para Reis (2008, p. 55), “a pesquisa exploratória é o primeiro passo de qualquer pesquisa, que acontece quando o tema escolhido é pouco explorado e o pesquisador precisa incorporar características inéditas e buscar novas abordagens”.

No que representa a parte da pesquisa em caráter bibliográfico, foi encontrado em livros, pronunciamentos, leis em meios eletrônicos e em artigos e manuais. Para Reis (2008, p. 51), a pesquisa bibliográfica é a técnica que auxilia o estudante a fazer a revisão da literatura possibilitando conhecer e compreender melhor os elementos teóricos que fundamentarão a análise do tema e objeto de estudos escolhido.

#### **1.1.5. Organização do Trabalho**

A estrutura desse trabalho foi organizada da seguinte forma:

No segundo capítulo é apresentado a fundamentação teórica ao que do que se refere ao tema do plano de contas e a utilidade do plano de contas aplicado ao setor público;

O capítulo três demonstra as diferenciações do novo plano de contas e o antigo plano.

No quarto capítulo é descrita toda a nova estruturação do novo plano de contas.

No quinto capítulo explora as formas da natureza do patrimônio segundo a Lei nº 4.320/64.

No sexto encontra-se a análise dos sistemas que devem se adequar ao novo plano de contas e por fim abordar toda a arquitetura dos processos desses sistemas em modelagem de alto nível.

## **2. Fundamentação Teórica**

### **2.1. O Plano de Contas**

Segundo o MCASP (seção IV, 5ª Edição do PCASP), o plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por um conjunto de contas previamente estabelecido, que permite obter as informações necessárias à elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis, conforme as características gerais da entidade.

Em outras palavras, um plano de contas é uma estrutura formal que rege todo o andamento contábil de uma empresa, para que a contabilidade saiba sobre o destino dos recursos, e se os mesmos estão sendo revertidos em gastos ou rendimentos.

Exemplo:

Quando a prefeitura (entidade) cria uma secretaria (entidade), ela destina um recurso para esta, que com o passar do tempo pode verificar através do seu plano de contas quanto de recursos foi destinado para aquela secretaria, e verificar como está o andamento dos seus gastos e seus rendimentos.

O novo plano de contas teve seu desenvolvimento feito pelos seguintes órgãos: Superior Tribunal Nacional – STN; Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelo Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis (GTCON). A relação entre as entidades está ilustrada na Figura 1, a seguir.

Eles tiveram a responsabilidade de elaborar as regras e diretrizes de um plano de contas único, padrão, a ser adotado por todos os órgãos públicos, em conformidade com a Lei nº. 4.320/1964 que estabelece que todas as entidades públicas devem possuir uma mesma tabela de contas contábeis entre vários outros requisitos.

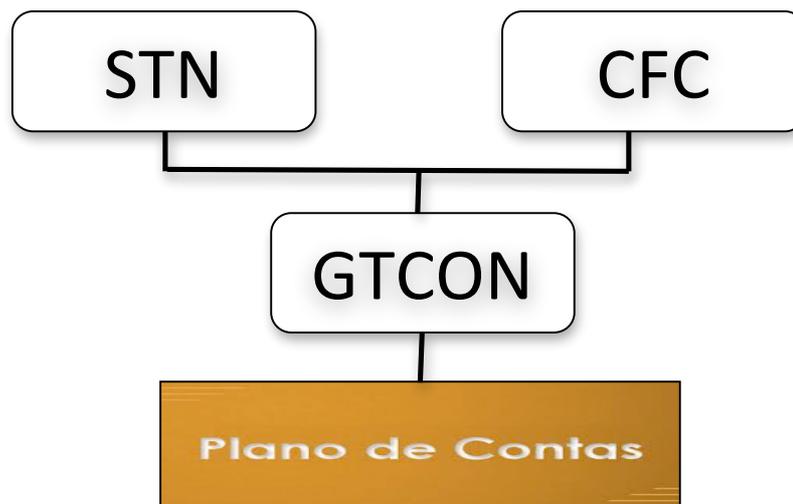


Figura 1 – Estrutura dos órgãos que criaram o Novo Plano de Contas

Todos os setores públicos devem consolidar suas contas públicas conforme o art. 50, § 2o, da Lei Complementar n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Assim, o novo plano de contas foi concebido para permitir que os órgãos públicos tenham um padrão nacional de registro contábil, que está sendo incorporado com a contabilidade no setor público. Este padrão permite uma flexibilidade no gerenciamento dos planos de contas entre as diversas entidades, facilidade de consolidação dos dados, entre outras vantagens, inclusive transparência pública.

Segundo o MCASP, desde a criação do grupo técnico (GTCON), têm sido realizados estudos e discussões com a participação de diversos órgãos e entidades técnicas representativas da sociedade, que resultaram nas seguintes diretrizes para o PCASP:

- I. Adoção de estrutura de plano de contas padronizada nas três esferas de governo, para fins de consolidação nacional e compatibilização com a elaboração de relatórios e demonstrativos previstos na legislação vigente nas normas de contabilidade, e para, ainda, contemplar peculiaridades inerentes às empresas estatais dependentes, sendo facultativo para as empresas estatais independentes;



Figura 2 - Exemplo de Modelo das Entidades que devem se adequar ao Novo Plano de Contas

II. Flexibilidade para que as entidades detalhem em níveis inferiores, a partir do nível de detalhamento definido como mínimo a ser observado, de modo adequado as suas peculiaridades;

III. Divulgação da estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, com prazo para implantação facultativa a partir de 2010 e obrigatória em 2012 para a união, estados e DF e em 2013 para os municípios;

IV. Elaboração de manual do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, descrevendo o elenco das contas e suas funções e demais procedimentos a serem observados. Segundo os grupos que fizeram a elaboração do PCASP, o mesmo deveria ser adotado por todas as esferas do governo, para que as mesmas possam convergir na mesma direção na hora de registrar e analisar suas contas, com datas especificadas para cada esfera.

Exemplo:

Quando o PCASP for adotado, a União ela terá que acompanhar o andamento do novo plano de contas, conseqüentemente os estados terão que adotar o PCASP, assim, podendo já fazer uma análise melhor do acompanhamento detalhado de suas várias peculiaridades dos governos, dos estados e municípios da união.

O novo plano de contas é influenciado pela teoria das contas, que explica a representação e a classificação das contas contábeis. As principais teorias são:

a) Teoria Personalista: cada conta assume a configuração de uma pessoa no seu relacionamento com a entidade. Dessa forma, caixa, bancos, duplicatas a receber, capital, receitas e despesas representam pessoas com as quais a entidade mantém relacionamento. De acordo com essa teoria, as contas classificam-se em: Agentes consignatários (pessoas encarregadas da guarda de valores): representam os bens da empresa;

Correspondentes (terceiros que mantêm transações com a empresa): representam os direitos e obrigações;

Proprietários (donos e responsáveis pela riqueza administrada): representam as contas do patrimônio líquido e suas variações, inclusive despesas e receitas.

b) Teoria Materialista: as contas representam relações materiais e se classificam em dois grandes grupos:

Contas integrais: representam bens, direitos e obrigações exigíveis;

Contas diferenciais: representam as contas do patrimônio líquido e suas variações, inclusive as receitas e despesas.

c) Teoria Patrimonialista: entende que o objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio e que a finalidade contábil é a administração do mesmo. O patrimônio pode ser compreendido pela sua situação estática, pela sua situação dinâmica e pela sua representação quantitativa e qualitativa. De acordo com essa teoria as contas são classificadas em:

Contas patrimoniais: representam a situação estática, ou seja, o patrimônio, os elementos ativos e passivos, que são os bens, direitos, obrigações com terceiros e o patrimônio líquido;

Contas de resultado: representam a situação dinâmica e as variações patrimoniais, ou seja, as contas que alteram o patrimônio líquido e demonstram o resultado do exercício.

Na primeira teoria, ela é composta de dois grupos de contas de agente (consignatários e correspondentes), representa os bens de uma empresa que fica de alguma forma sob guarda

de uma pessoa, já o segundo grupo, representa os bens e direitos com terceiros, ou seja, os credores e devedores, e as contas de proprietários que representam as contas de patrimônio líquido e também suas variações, tanto na receita como na despesa.

Na teoria materialista, o plano de contas ela é composto por dois grupos de contas: as integrais (as contas que representam os bens, direitos e obrigações com terceiros), e as diferenciais (representa as contas ligadas a receita a despesas do patrimônio líquido, assim como acontece nas contas de proprietário)

Na terceira teoria, a patrimonialista, existe as contas do tipo patrimonialista que representam os bens, direitos e obrigações além da situação líquida da entidade. Com as suas contas de tempo indeterminado patrimonialista, os seus saldos permanecerão com o valor da demonstração no momento final do ano de exercício, que serão incorporados ao saldo inicial do próximo ano de exercício.

Já nas contas de resultado, que são modificadas pelo patrimônio líquido de despesas e de receitas que são representadas no final do ano pelo o resultado do apurado do ano de exercício, onde o seu saldo é transferido para a conta de apuração de resultado, essa conta de resultado é zerada a cada novo ano de exercício.

Exemplo:

O dinheiro da empresa fica nas mãos de um agente consignatário que chamam de “o caixa”, quando o mesmo recebe algum dinheiro do contribuinte, ele passa a ser um devedor, ou seja, se debita do caixa o valor que ele tinha recebido. E quando ele paga faz processo inverso.

Segundo o MCASP, a estrutura conceitual do plano de contas tem base na teoria patrimonialista, visando à evidenciação dos elementos patrimoniais, a compreensão da composição patrimonial e a demonstração de todos os bens, direitos e obrigações da entidade.

### **2.1.2. Novidades do novo plano de contas**

O novo plano de contas o PCASP teve a classificação das contas reestruturada, passando a ser composto por 8 classes: ativo, passivo, variação patrimonial aumentativa – VPA,

variação patrimonial diminutiva – VPD, controle de aprovação do planejamento e orçamento, controle da execução do planejamento e orçamento, controles devedores e controles credores. O plano de contas antigo era constituído por 6 classes: ativo, passivo, receita, despesa, resultado diminutivo do exercício e o resultado aumentativo do exercício.

Segundo o MCASP (Seção IV, 5ª Edição) no Brasil, a contabilidade aplicada ao setor público realiza de modo eficiente o registro dos atos e fatos relativos ao controle da execução orçamentária e financeira. No entanto, muito ainda se pode avançar no que se refere à evidenciação do patrimônio público. No que diz respeito à evidenciação do patrimônio público, no antigo plano de contas não ocorreria a evidenciação dos atos quando ocorrem os fatos no patrimônio, já no novo ocorre.

Exemplo:

Hoje em dia quando ocorre o empenho para a compra de material escolar, o mesmo só entra no patrimônio após o pagamento total da compra, mas com o novo plano de contas, assim que o mesmo ato ocorrer o material requerido entrará no patrimônio da entidade.

Segundo o MCASP, na parte IV da 5ª Edição, o PCASP estabelece conceitos básicos, regras para registro dos atos e fatos e estrutura contábil padronizada, de modo a atender a todos os entes da federação e aos demais usuários da informação contábil, permitindo a geração de base de dados consistente para compilação de estatísticas e finanças públicas. A diferença é que no novo plano de contas ocorre uma padronização entre todos os órgãos governamentais, para que seja possível fazer comparações e análises entre os demonstrativos e relatórios, o que no antigo não poderia acontecer.

Exemplo:

Hoje em dia não é possível recuperar uma conta do plano de contas, como: 3.1.9.0.05.01, que representa uma determinada característica para cada órgão governamental. Já no novo plano de contas isso é possível, ou seja, há uma conta, como a 3.2.9.1.1.05.01, que representa em qualquer órgão governamental a mesma característica “auxílio doença (RPPS)”. Assim, é possível fazer um comparativo ou uma análise em cima dessa conta em diversos municípios ou estados. No plano de contas antigo, sem a nova padronização da classificação das contas, as análises de contas entre instituições é muito trabalhoso.

PCASP é a estrutura primária para gerar os demonstrativos contábeis, inclusive os demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, Relatório de Gestão Fiscal e aqueles necessários à geração de informações ao público, incluindo os órgãos internacionais. No novo plano de contas, eles terão que gerar relatórios de LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), já que é preciso se adequar aos órgãos internacionais, então todos os órgãos terão que se adequar a essas exigências, já que no antigo plano de contas nada disso era necessário.

Exemplo:

Quando era preciso um relatório com a responsabilidade fiscal dos municípios no plano de contas antigo eles teriam que fazer isso em forma de planilha ou documento, porém com o novo plano de contas já deve estar no sistema os relatórios contidos na LRF.

### **3. A identificação da natureza do patrimônio**

Segundo o MCASP, na parte IV da 5ª Edição, as contas com Informações de Natureza Patrimonial, são as contas que registram, processam e evidenciam os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público, representadas pelas contas que integram o Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Variações Patrimoniais Diminutivas e Variações Patrimoniais Aumentativas.

O patrimônio possui quatro grupos de nível contábil, que são:

O nível 1 representa a parte dos ativos no novo plano de contas aplicado ao setor público, que deve estar pronto em 2014.

O nível 2 representa a parte do passivo e o patrimônio líquido no novo plano de contas aplicado ao setor público, que deve estar pronto em 2014.

O nível 3 representa a parte da variação patrimonial diminutivas também conhecido como VPD no novo plano de contas aplicado ao setor público, que deve estar pronto em 2014.

O nível 4 representa a parte da variação patrimonial aumentativas também conhecido como VPA no novo plano de contas aplicado ao setor público, que deve estar pronto em 2014.

Quando temos uma conta com o seu nível do 1 ao 4, podemos dizer que ela pode pertencer a esse tipo de natureza de informações patrimonial, ou seja, é quando ela informa a situação do patrimônio da entidade. O patrimônio é dividido em: qualitativo (são aquelas em que ocorrem permutações de mesmo valor dos elementos do Patrimônio, ou seja, quando não se altera o valor do patrimônio líquido), e quantitativo. Essa parte é dividida em duas: as variações aumentativas (deve ser registrada no momento da ocorrência do seu fato gerador, mesmo que não tenha sido recebida) e as variações diminutivas (essas ações se materializam na contraprestação de bens e serviços à comunidade). A relação entre os níveis do 1 ao 4 do plano de contas está ilustrada na Figura 3, a seguir.

		1	2	3	4
		ATIVO	PASSIVO	VPD	VPA
1	ATIVO	11 Permutação entre elementos do Ativo.	12 Permutação entre Ativo e Passivo com aumento de ambos.	13 Cancelamento de VPD correspondente a aumento de ativo.	14 Criação ou aumento de Ativo por VPA.
2	PASSIVO	21 Permutação entre Passivo e Ativo com redução de ambos.	22 Permutativo entre elementos do Passivo.	23 Cancelamento de VPD correspondente à baixa de Passivo.	24 Baixa de Passivo por VPA.
3	VPD	31 VPD em contas de Ativo – registro em conta retificadora de ativo ou pagamento à vista.	32 VPD correspondente à assunção de obrigação.	33 Reclassificação de VPD.	34 -
4	VPA	41 Cancelamento de VPA concomitante à redução do Ativo.	42 Cancelamento de VPA concomitante a aumento do passivo	43 -	44 Reclassificação de VPA.

Figura 3 - Exemplo de Modelo da Estrutura do Novo Plano de Contas visando a Natureza de Informação Patrimonial (Figura retirada do PCASP vol. 5 de 2012)

Exemplo:

Ao registrar no PCASP o lançamento contábil a débito do grupo de contas 1.1.9.0.0.00.00, que tem como descrição VPD, pagas antecipadas, que é informada pela fórmula (valor total da compra / meses que falta para terminar o ano) = valor da parcela da Liquidação, e a quantidade de meses que falta para o ano terminar é o número de parcelas da compra, a cada valor será associado o número do empenho ao mês corrente a partir do mês da compra até o último mês da parcela.

Segundo o MCASP, na parte IV da 5ª Edição, todas as contas com informações de natureza orçamentária são as contas que registram, processam e evidenciam os atos e os fatos relacionados ao planejamento e a execução orçamentária, representadas pelas contas que registram aprovação e execução do planejamento e orçamento, inclusive restos a pagar. Quando temos uma conta com nível 5 ou 6, pode-se dizer que ela pertencerá ao tipo de natureza de informações orçamentárias. Nessas classes, são feitos os controles do orçamento, des-

de a sua aprovação até a execução da despesa. As contas de controle do orçamento possuem dois grupos de nível contábil que são:

O nível 5 representa a parte dos controles da aprovação do planejamento e orçamento no novo plano de contas aplicado ao setor público que deve estar pronto em 2014.

O nível 6 representa a parte dos controles da execução do planejamento e orçamento no novo plano de contas aplicado ao setor público que deve estar pronto em 2014. . A relação entre os níveis do 5 e 6 do plano de contas está ilustrada na Figura 4, a seguir.

		5	6
		CAPO	CEPO
5	CAPO	55 Controles Orçamentários Específicos	56 Aprovação ou Fixação do Planejamento ou Orçamento.
6	CEPO	65 Cancelamento da Aprovação ou Fixação do Planejamento ou Orçamento.	66 Execução orçamentária.

Figura 4 - Exemplo de Modelo da Estrutura do Novo Plano de Contas visando a Natureza de Informação Orçamentária (Figura retirada do PCASP vol. 5 de 2012)

Segundo o MCASP, na parte IV da 5ª Edição todas as contas com informações de natureza típica de Controle, são as contas que registram, processam e evidenciam os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como outras que tenham função precípua de controle, seja para fins de elaboração de informações gerenciais específicas, acompanhamento de rotinas, elaboração de procedimentos de consistência contábil, ou para registrar atos que não foram registrados nas contas patrimoniais, mas que potencialmente possam vir a afetar o patrimônio. Quando temos uma conta com nível 7 ou 8, podemos dizer que ela pode pertencer ao tipo de natureza de informações de controle, nessas classes são feitos os registros potenciais de diversos controles de devedores e credores. Contas de controle de devedores e credores possuem dois grupos de nível contábil, que são:

O nível 7 representa a parte dos controles de devedores no novo plano de contas aplicado ao setor público que deve estar pronto em 2014.

O nível 8 representa a parte dos controles dos credores no novo plano de contas aplicado ao setor público que deve estar pronto em 2014. . A relação entre os níveis do 7 e 8 do plano de contas está ilustrada na Figura 5, a seguir.

		7	8
		CONTROLES DEVEDORES (CD)	CONTROLES CREDORES (CC)
7	CD	77 -	78 Registro de controles ou encerramento dos mesmos.
8	CC	87 Cancelamento dos controles ou encerramento do exercício.	88 Execução dos controles devedores.

Figura 5 - Exemplo de Modelo da Estrutura do Novo Plano de Contas visando a Natureza de Informação Típica de Controle (Figura retirada do PCASP vol. 5 de 2012)

### 3.1. Como é composto o Patrimônio Público para o novo plano de contas

Segundo o MCASP, na parte IV da 5ª Edição, informa que o patrimônio público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações. O patrimônio público é composto por esses elementos que são citados:

Os ativos, onde o mesmo representa os recursos que são controlados pelas entidades, como um resultado de eventos passados onde as entidades esperam tornar esses ativos em benefícios potencialmente de serviços e economia;

O passivo representa todas as obrigações das entidades que venham a ter acontecidos em eventos anteriormente, e esperam que seus pagamentos tragam as entidades de saída dos benefícios potencialmente de serviços e economia;

Já o patrimônio líquido, é o resultado de todo o ativo de uma entidade, retirando a dedução de todo o seu passivo. O patrimônio líquido também pode ser chamado de saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial.

Os ativos são divididos em dois grupos: os circulantes, que possuem dois critérios para se adequar a essa característica. Se ele tiver a intenção do registro imediato ou então quando ela tem a expectativa de realizar isso em até 12 meses após a data de demonstrativos contábeis, e os não circulantes que não se encaixam em nenhum desses casos de registro relatados anteriormente.

Os passivos são divididos em dois grupos: os circulantes, onde eles possam ter a expectativa de realizar isso em até 12 meses após a data de demonstrativos contábeis, são do tipo circulante, e os não circulantes onde os mesmos não se adequam as regras descritas anteriormente.

Por último, o patrimônio líquido representa o valor positivo, entre o valor do ativo retirando os valores do passivo.

Sempre que o valor do ativo for menor que o valor passivo, ele é considerado como um passivo descoberto. As formas de classificação dos passivos e ativos, circulantes e não circulantes, foram segmentadas pelos componentes da NBC e das normas internacionais.

### **3.2. Contas Financeiras e Permanentes**

Segundo a Lei no 4.320/1964, no art. 105 “O Balanço Patrimonial demonstrará:

I-O Ativo Financeiro;

II- O Ativo Permanente;

III - O Passivo Financeiro;

IV - O Passivo Permanente;

V - O Saldo Patrimonial;

VI - As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras, cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.”

O balanço patrimonial é importante já que ele faz com que a entidade possa verificar o andamento da apuração do seu superávit financeiro, onde a partir do mesmo pode se abrir créditos adicionais no próximo exercício conforme esta na Lei 4.320/64, que trata das normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal, nesse caso esse balanço é composto de vários dados que vem desde a implantação de créditos iniciais financeiros até a parte dos restos a pagar que venha a se encontrar na entidade que esta sendo feito o balanço. Um esboço desse balanço esta na figura 6 a seguir.

Balanço Patrimonial			
Código da Conta		Titulo da Conta	Valor(R\$)
D	4.X.X.X.1.XX.XX	Varição Patrimonial Aumentativa	1600,88
C	2.3.7.1.2.01.00	Superávits ou Déficits do Exercício	1600,88
Brasília, 12 de dezembro de 20XX.			
Registro do balanço patrimonial, conforme apresentado na lei 4320/63.			

Figura 6 - Exemplo de Modelo de Balanço Patrimonial (Figura retirada do livro contabilidade Pública, vol. 5 de 2012)

Segundo o MCASP, na parte IV da 5ª Edição, é importante que as contas do ativo e passivo sejam diferenciadas por um atributo específico que atenda ao critério da lei e permita

separar o ativo e o passivo em financeiro e permanente. Assim, nos exemplos de lançamentos padronizados, as contas de ativo e passivo virão acompanhadas das letras “F” ou “P”, entre parênteses, para indicar se são contas financeiras ou permanentes. Com isso, quando forem ocorrendo os atos no sistema, ele deve ir se adequando conforme a situação que esteja sendo efetuado no sistema. Se o ato for em uma conta de um passivo financeiro, deverá ter seu registro guardado conforme feito até que ele passe para outro tipo de registro como passivo permanente.

Exemplo:

Quando está na conta de um passivo, um ato depende de uma autorização do orçamento para que ocorra a amortização, onde esta irá integrar o passivo permanente, depois desse processo ocorre a primeira fase da execução da despesa, onde ocorre o ato do empenho, e a partir disso ela começa a possuir características de obrigações de natureza orçamentária e, sendo assim, ele se transforma de passivo permanente em passivo financeiro. “Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.”

Segundo o MCASP, na parte IV da 5ª Edição, informa que em conformidade com as regras estabelecidas na Lei no 4.320/1964, o passivo modifica sua característica, de permanente (P) para financeiro (F). Existem diversas formas de se realizar esse controle; dentre elas, destaca-se a utilização da sistemática de controle por meio de conta-corrente ou a simples duplicação de contas, sendo uma financeira e outra permanente. A escolha dessa forma será feita pelo ente.” Logo quando a entidade for cadastrar um ato ou fato, ela deve conter uma conta para o seu passivo e deverá gerar um registro para tal, o mesmo deverá acontecer quando for feito a transição do passivo permanente para o passivo financeiro para que se possa rastrear a ligação de cada ato e fato ocorrido.

Exemplo:

Então se caso ocorra de alguma unidade tenha a suas obrigações a serem pagas que a mesma não esteja devidamente amparada pelo crédito orçamentário, isso implica que esse passivo não tenha ocorrido o empenho do mesmo e assim então essa obrigação deverá ser cadastrada no passivo permanente no momento em que o fato foi gerado, logo que essa obri-

gação for paga ocorrerá à baixa do passivo permanente e o registro do passivo financeiro, conforme esta na Lei no 4.320/64.

### 3.3. As variações do patrimônio segundo novo plano de contas

As variações patrimoniais são algumas alterações que acontecem podendo alterar os elementos patrimoniais nas entidades seja ele de caráter compensatório ou não no seu resultado. Logo, as variações patrimoniais podem ser de duas formas: Quantitativas, onde a mesma decorre em mudanças que aumentam e diminuem a parte do patrimônio líquido onde o mesmo decorre de dois fenômenos modificadores; e

Qualitativas, a sua composição dos elementos podem ser alterados, mas nada disso afeta o patrimônio líquido, as modificações são na composição específica dos elementos patrimoniais e a parte que corresponde a materialização de fenômenos permutativos. A relação das contas de variação patrimonial está ilustrada na Figura 7, a seguir.

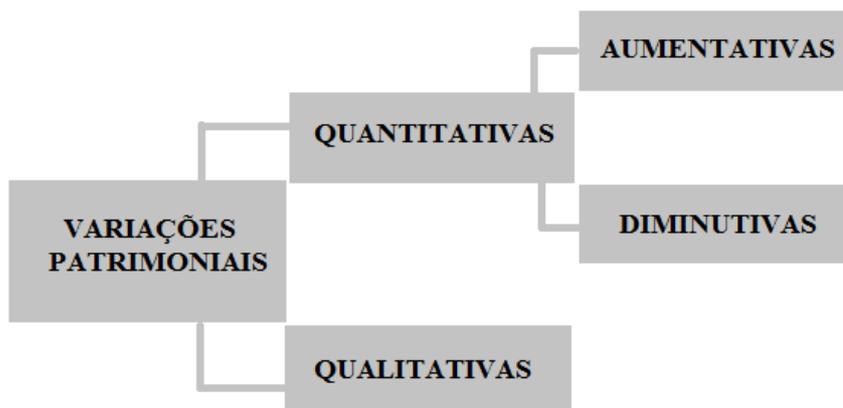


Figura 7 - Exemplo de Modelo de Variação Patrimonial (Figura retirada do PCASP vol. 5 de 2012)

Ocorre um resultado patrimonial faz a mensuração da variação patrimonial, a partir disso é feita a apuração do resultado patrimonial de cada ano de exercício. O resultado da variação patrimonial diminutiva e aumentativa ocorre através de transações decorrentes ao aumento e diminuição do patrimônio líquido.

### 3.4. Estrutura do PCASP

A estrutura do novo plano de contas é classificado em 8 níveis ,onde cada nível tem a sua própria função de codificação, onde o mesmo pode ser compreendido com a figura 8 a seguir:

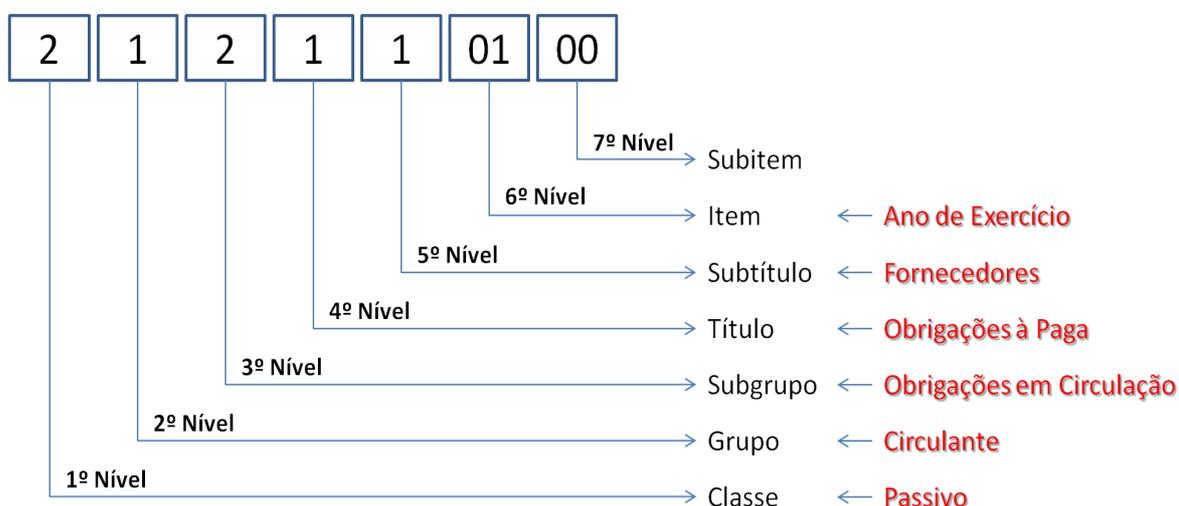


Figura 8 – Exemplo de Modelos de estrutura do PCASP (Figura feita a partir de uma Conta Contábil do Novo Plano de Contas)

Os entes da Federação podem ter mais níveis de desdobramento, além desses, o desdobramento será abordado posteriormente neste trabalho.

As divisões das classes e grupos serão apresentadas e é composta pela seguinte estrutura:

### Nível 1: Ativo;

Esse é o primeiro nível da nova estrutura do plano de contas, o mesmo se subdivide-se em várias outras contas onde esse primeiro nível se destinasse a parte do patrimônio.

1	Ativo
1.1	Ativo Circulante
1.2	Ativo Não Circulante

Tabela 3 - Exemplo de Modelo de Estrutura do PCASP para o 1 Classe.

### Nível 2: Passivo e Patrimônio Líquido;

Esse é o segundo nível da nova estrutura do plano de contas, o mesmo se subdivide-se em várias outras contas onde esse nível se destinasse a parte do patrimônio líquido e passivo.

2	Passivo e Patrimônio Líquido
2.1	Passivo Circulante
2.2	Passivo Não Circulante
2.3	Patrimônio Líquido

*Tabela 4 - Exemplo de Modelo de Estrutura do PCASP para o 1 Classe.*

### **Nível 3: Variações Patrimoniais Diminutivas;**

Esse é o terceiro nível da nova estrutura do plano de contas, o mesmo se subdivide-se em várias outras contas onde esse nível se destinasse a parte do patrimônio que se destina a parte de avaliação diminutiva do patrimônio.

3	Variação Patrimonial Diminutiva
3.1	Pessoal e Encargos
3.2	Benefícios Previdenciários e Assistenciais
3.3	Uso De Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo
3.4	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras
3.5	Transferências Concedidas
3.6	Desvalorização e Perda De Ativos
3.7	Tributárias
3.9	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

*Tabela 5 - Exemplo de Modelo de Estrutura do PCASP para o 1 Classe.*

### **Nível 4: Variações Patrimoniais Aumentativo;**

Esse é o quarto nível da nova estrutura do plano de contas, o mesmo se subdivide-se em várias outras contas onde esse nível se destinasse a parte do patrimônio que se destina a parte de avaliação aumentativa do patrimônio.

4	Variação Patrimonial Aumentativa
4.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
4.2	Contribuições

4.3	Exploração e venda de bens, serviços e direitos
4.4	Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras
4.5	Transferências Recebidas
4.6	Valorização e Ganhos Com Ativos
4.9	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

*Tabela 6 - Exemplo de Modelo de Estrutura do PCASP para o 1 Classe.*

#### **Nível 5: Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento;**

Esse é o quinto nível da nova estrutura do plano de contas, o mesmo se subdivide-se em várias outras contas onde esse nível se destinasse a parte do controle do orçamento que se destina a parte de planejamento e aprovação desse orçamento.

5	Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento
5.1	Planejamento Aprovado
5.2	Orçamento Aprovado
5.3	Inscrição de Restos a Pagar

*Tabela 7 - Exemplo de Modelo de Estrutura do PCASP para o 1 Classe.*

#### **Nível 6: Controles da Execução do Planejamento e Orçamento;**

Esse é o sexto nível da nova estrutura do plano de contas, o mesmo se subdivide-se em várias outras contas onde esse nível se destinasse a parte do controle da execução que se destina a parte de execução planejamento e execução desse orçamento.

6	Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
6.1	Execução do Planejamento
6.2	Execução do Orçamento
6.3	Execução de Restos a Pagar

*Tabela 8 - Exemplo de Modelo de Estrutura do PCASP para o 1 Classe.*

#### **Nível 7: Controles Devedores;**

Esse é o sétimo nível da nova estrutura do plano de contas, o mesmo se subdivide-se em várias outras contas onde esse nível se destinasse a parte dos devedores que se destina a parte dos atos, custos e dívida ativa entre outros controles.

7	Controles Devedores
7.1	Atos Potenciais
7.2	Administração Financeira
7.3	Dívida Ativa
7.4	Riscos Fiscais
7.8	Custos
7.9	Outros Controles

*Tabela 9 - Exemplo de Modelo de Estrutura do PCASP para o 1 Classe.*

#### **Nível 8: Controles Credores.**

Esse é o sétimo nível da nova estrutura do plano de contas, o mesmo se subdivide-se em varias outras contas onde esse nível se destinasse a parte dos controles que se destina a parte dos atos, custos e divida ativa entre outros controles.

8	Controles Credores
8.1	Execução dos Atos Potenciais
8.2	Execução da Administração Financeira
8.3	Execução da Dívida Ativa
8.4	Execução dos Riscos Fiscais
8.8	Apuração de Custos
8.9	Outros Controles

*Tabela 10 - Exemplo de Modelo de Estrutura do PCASP para o 1 Classe.*

Essa são as contas contábeis de todos os níveis de Classes e grupos que compõe o novo plano de contas aplicado ao setor publico.

#### 4. Os sistemas que se ligam com os sistemas de contabilidade.

Visto que o plano de contas serve como meio para nortear a escrituração contábil, e a todos os sistemas que fornecem informações para alimentar a estrutura contábil do plano de contas da entidade, o sistema contábil deve se adequar a lei 4.320/64, assim as entidades da federação estarão protegidas, diminuindo assim os possíveis erros humanos por conta que toda a escrituração é feita através do sistema contábil.

Assim além da entidade se enquadrar simultaneamente à nova lei federal 4.320/64, a lei de responsabilidade fiscal ela fica em conformidade com as necessidades da administração pública. A relação dos sistemas que se comunicam com o sistema contábil está ilustrada na Figura 9, a seguir.

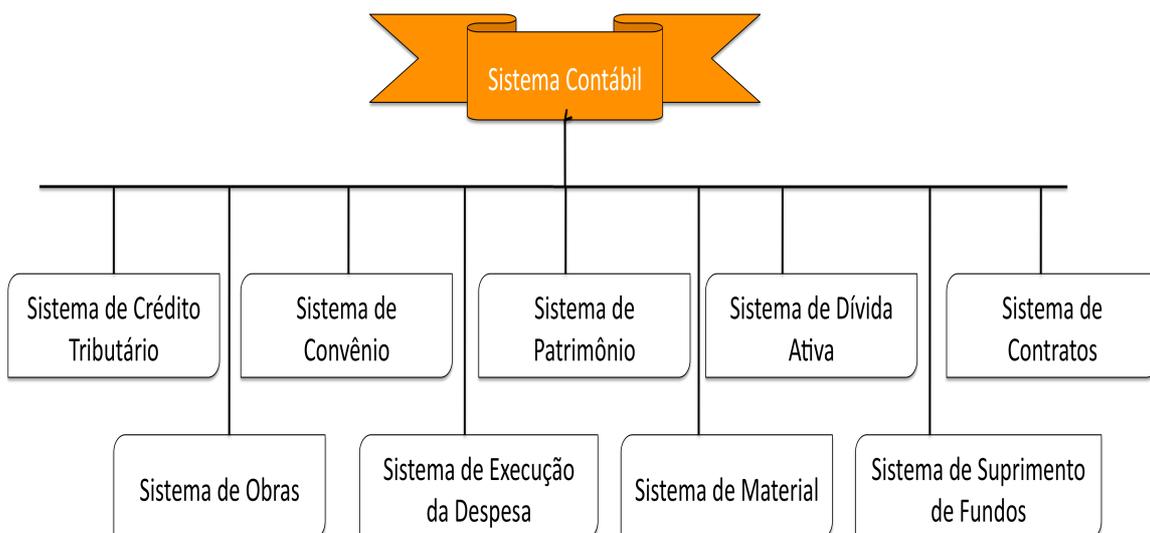


Figura 9 - Exemplo de Modelo dos Sistemas que se Interligam com Sistema Contábil

#### **4.1 Sistema de Créditos Tributários**

Um crédito tributário ocorre de uma obrigação legal, que acontece através de um fato gerador. O fato gerador cria um lançamento e com isso o sujeito possui uma obrigação junto a receita. Caso ocorra ou não o pagamento do tributo a contabilidade deve ser atualizada. Quando o sujeito não paga o tributo no período de lançamento ele é inscrito na dívida ativa. O modelo de processo de negócio do sistema de crédito tributário está ilustrado na Figura 10, a seguir.

Com isso além da entidade se enquadrar simultaneamente à nova lei federal 4.320/64, a lei de responsabilidade fiscal ela fica em conformidade com as necessidades da administração a pública, os sistemas que se interligam ao sistema contábil se encontram no MCASP vol.5.

O sistema de controle de créditos tributários deverá conter as seguintes funcionalidades e observar os requisitos mínimos necessários para convergência as IPSAS:

Requisitos para o plano atual:

- Controlar os créditos por contribuinte e tipo de tributo segregando o valor principal dos juros, encargos e multas;
- Calcular os parcelamentos e acompanhar os parcelamentos concedidos;
- Transferir os créditos tributários para a dívida ativa quando ocorre a inadimplência dos contribuintes; e
- No encaminhamento dos créditos tributários para a dívida ativa informar o valor do principal, juros, encargos e multa.

Novos requisitos:

- Realizar a atualização mensal por contribuinte e tipo de tributo; e
- Calcular a provisão para perdas nos créditos tributários e alimentar o sistema contábil.

Outros sistemas que o sistema de credito tributário deve se integrar é o sistema de contabilidade e de execução da despesa e também o Sistema de Mensuração de Custos e Sistema de Controle da Dívida Ativa.

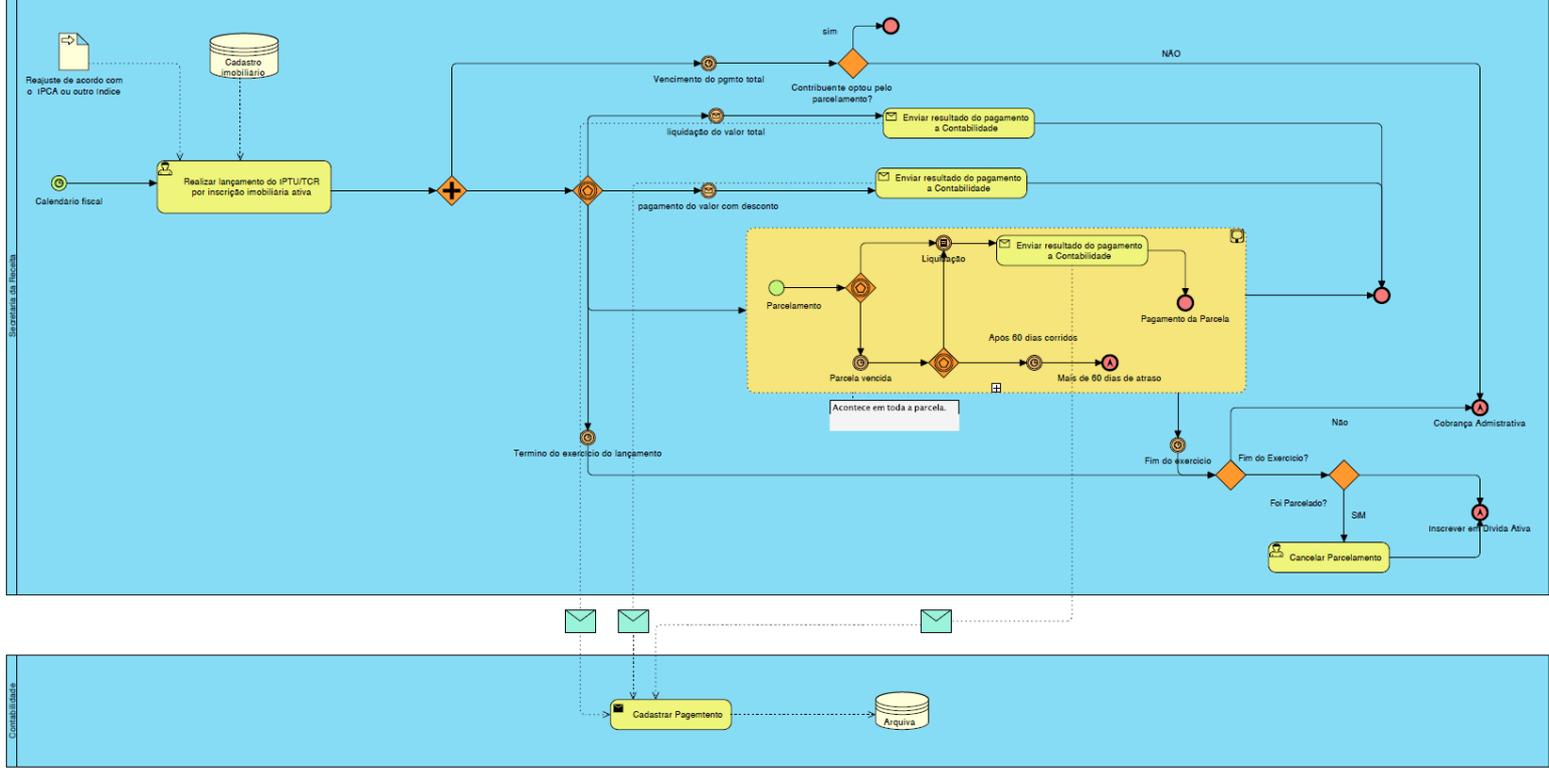


Figura 10 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema Crédito Tributário.

## **4.2 Sistema de Controle da Dívida Ativa**

A dívida ativa da entidade é composta pelos créditos não pagos de sujeitos a entidade, sejam estas de crédito tributário ou não tributários (FGTS), isso acontece após ocorrer a carta de cobrança ao sujeito e o mesmo não ter pago durante o prazo estipulado, assim que é ocorrido esse fato toda a dívida ativa do sujeito deve ser registrado na contabilidade na parte do plano de contas referente aos devedores e deve ocorrer a atualização do débito diariamente. . O modelo de processo de negócio do sistema de dívida ativa está ilustrada na Figura 11, a seguir.

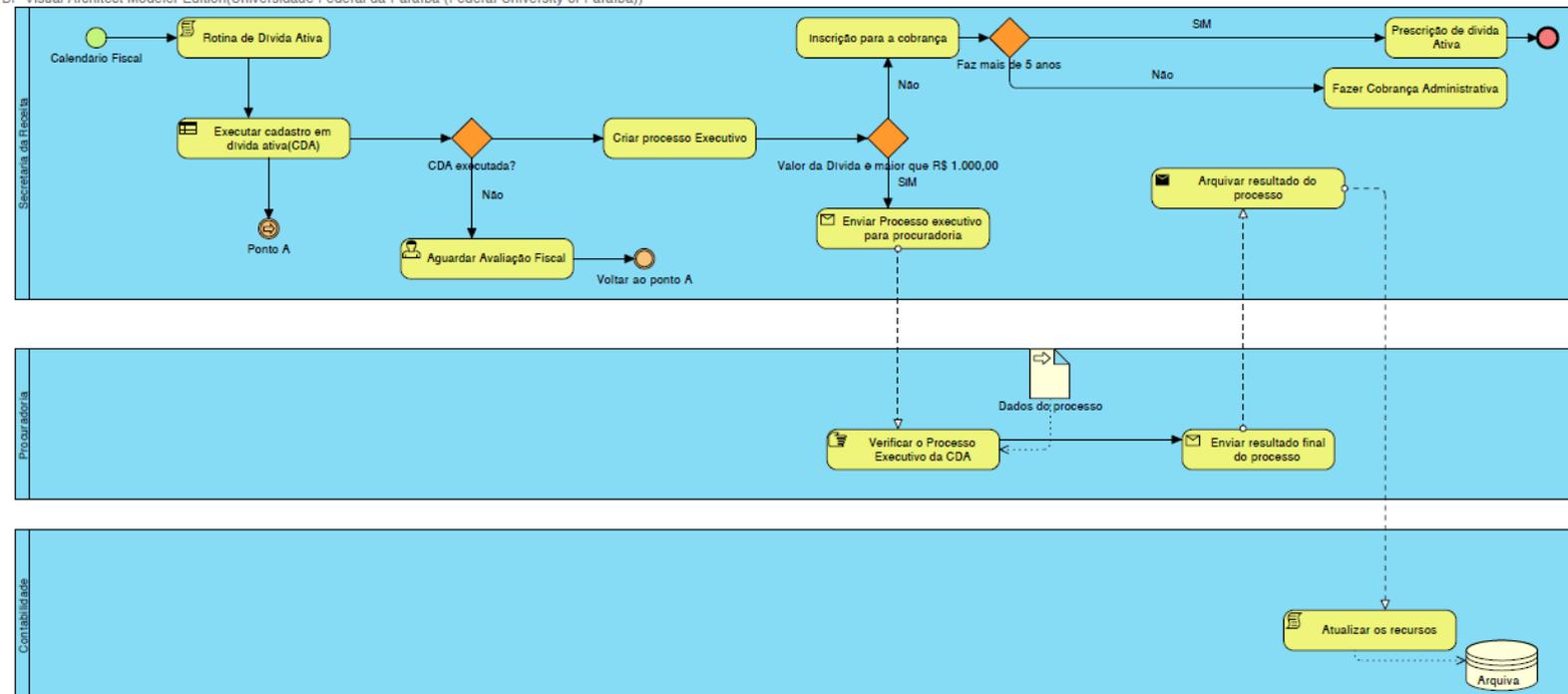


Figura 11 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Dívida Ativa .

No sistema a entidade que tiver o interesse de colocar o novo plano de contas aplicado ao setor público em 2014 na unidade da federação, deve desenvolver ou adaptar um sistema informatizado de controle da dívida ativa.

Esse sistema será responsável pelo acompanhamento de cada processo inscrito, como também calcular os encargos, segregando juros, outros encargos e multa, faça o cálculo da provisão para perdas, acompanhe o andamento do processo judicial e emita relatórios gerenciais da entidade.

O sistema de controle da dívida ativa deverá conter as seguintes funcionalidades e observar os requisitos mínimos necessários para convergência as IPSAS:

Requisitos para o plano atual:

- Controlar os créditos tributários e não tributários por contribuinte e tipo de tributo ou receita segregando o valor principal dos juros, encargos e multas; e
- Calcular os parcelamentos solicitados e acompanhá-los.

Novos requisitos:

- Realizar a atualização mensal por contribuinte e tipo de tributo ou receita;
- Calcular a provisão para perdas na dívida ativa e alimentar o sistema contábil; e
- Acompanhar todo o andamento do processo judicial.

### **4.3 Sistema de Patrimônio**

O processo do patrimônio faz a catalogação dos bens junto a uma tabela de depreciação fazendo a contabilização geral do patrimônio em seus vários níveis. . O modelo de processo de negócio do sistema do patrimônio está ilustrado na Figura 12, a seguir.

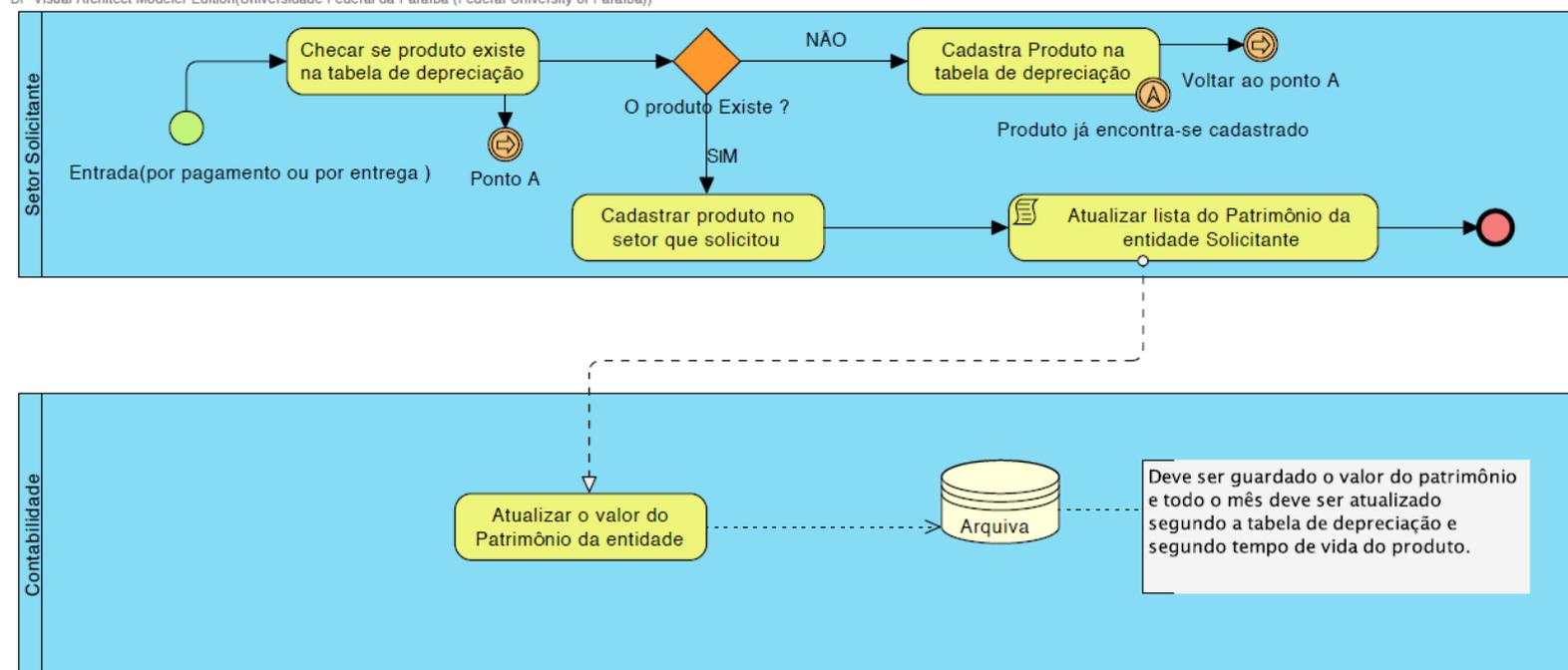


Figura 12 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Patrimônio.

A partir da necessidade de melhor evidência dos fenômenos patrimoniais e por uma busca de tratamento contábil que fosse padronizado dos atos e fatos administrativos do setor público tornou importantíssimo a elaboração de um Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) que fosse a nível nacional.

A entidade deve desenvolver um sistema patrimonial ou reformular o sistema existente tornando-o capaz de gerenciar as informações contábeis e efetuar o controle físico dos bens patrimoniais, objetivando alcançar as alterações previstas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). O ideal é que esse sistema seja integrado com o sistema de contabilidade e o Sistema de Mensuração de Custos que será desenvolvido ou melhorado pela entidade a para que sejam minimizados possíveis erros de “input” manual de dados.

O sistema patrimonial deve possuir as seguintes funcionalidades/requisitos mínimos necessários para convergência as IPSAS:

Requisitos para o plano atual:

- Integrar com o cadastro de fornecedores, mercadorias, produtos e serviços da entidade facilitando o processo de compras da Área de Patrimônio;
- Registrar as características dos bens, tais como: fabricante, marca, modelo e número de série;
- Controlar as informações sobre a garantia e o seguro dos bens patrimoniais, emitindo avisos sobre a data de vencimento;
- Armazenar as informações sobre o documento fiscal que contemplou a movimentação com no mínimo as seguintes informações: tipo de emissão, emitente, modelo, série, número, data de emissão e chave da NFE;
- Possuir trilha de auditoria, que possibilita a rastreabilidade total do patrimônio;
- Identificando os bens que estão contabilizados e os bens que somente estão sendo controlados; e
- Classificar e controlar os ativos mantidos para venda (propriedade para investimento).

Novos requisitos:

- Permitir que os bens patrimoniais sejam controlados por centro de custo, centro de resultado, segmento de negócio ou projeto;
- Controlar fisicamente os bens por localização, espécie e situação do bem;
- Armazenar as informações sobre a compra dos bens: pedido de compra, ordem de compra, empenho e fornecedor;
- Realizar inventários automatizados dos bens, por meio de plaquetas de código de barras, permitindo a Área Patrimonial realize de forma mais rápida inventários periódicos;
- Armazenar a informação sobre a data de início da utilização do bem para dar início ao cálculo da depreciação;
- Permitir identificar cada item do documento fiscal que deu origem ao bem patrimonial;
- Registrar todas as movimentações dos bens patrimoniais: aquisições, alterações de dados cadastrais, transferências e baixas, individuais ou em grupo, com seu respectivo histórico;
- Possuir a total segurança de acesso, definida para um usuário ou grupo de usuários;
- Calcular a depreciação com base no valor residual e na vida útil estimada dos ativos;
- Integrar ao Sistema Contábil da entidade;
- Integrar com o Sistema de Custos da entidade;
- Acompanhar o valor recuperável dos ativos;
- Acompanhar as reavaliações dos ativos;
- Acompanhar os ativos intangíveis;
- Acompanhar os bens de uso comum; e
- Classificar e acompanhar os bens de Patrimônio Cultural.

#### **4.4 Sistema de Material**

O setor responsável pelo material possui dois tipos de processos: o de solicitação de material e o recebimento de material.

No processo de Solicitação de material acontece quando se tem a necessidade de repor produtos, com isso é feita uma lista do material necessário e posteriormente ocorre a licitação para tais, enquanto isso acontece o setor de material verificação da existência do orçamento necessário para a solicitação e conseqüentemente o fornecedor envia o pedido a entidade. . O modelo de processo de negócio do sistema de solicitar material está ilustrado na Figura 13, a seguir.



Já no outro processo é o de Receber Material acontece quando uma lista da solicitação de material chega no almoxarifado, e após isso ocorre a checagem da lista de tais materiais e o cadastro dos mesmos. . O modelo de processo de negócio do sistema de receber material está ilustrado na Figura 14, a seguir.

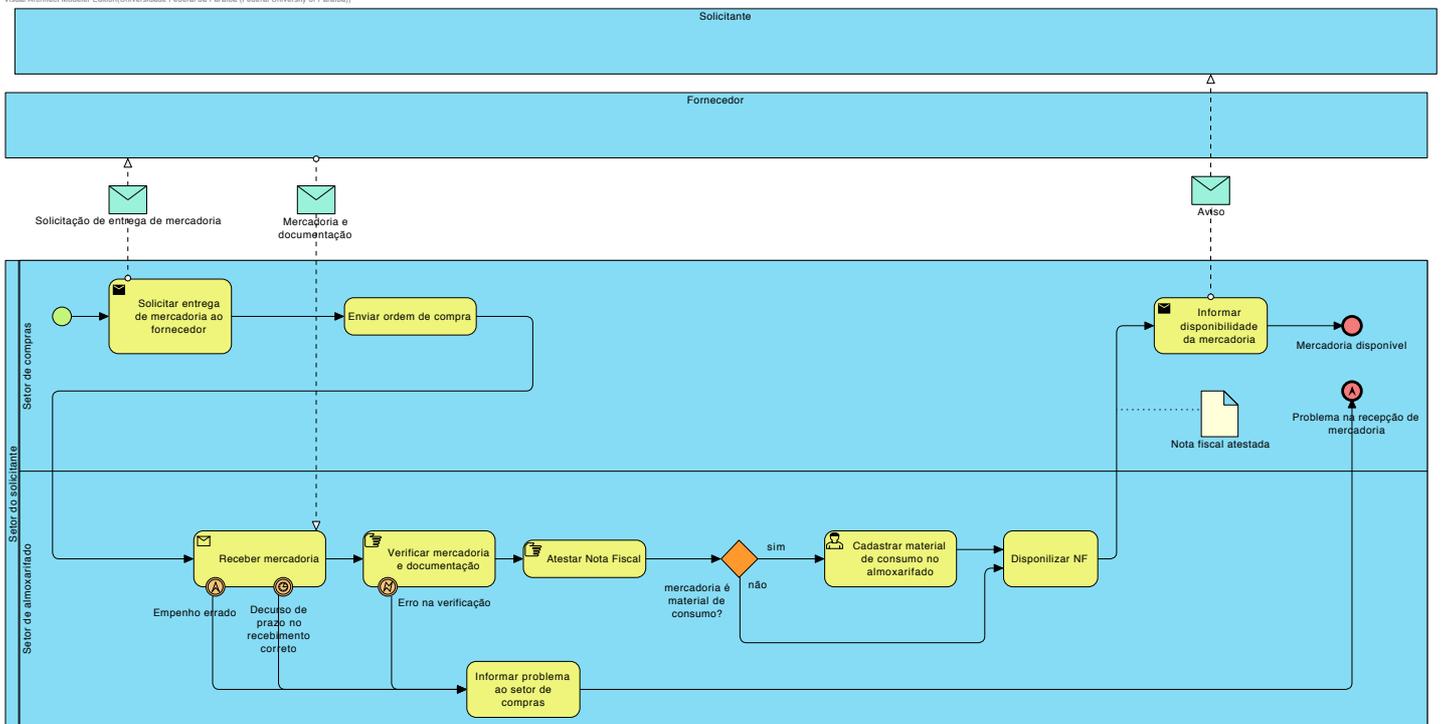


Figura 14 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Receber Material.

A entidade deve desenvolver ou adaptar um sistema de controle de estoque que seja capaz de efetuar o controle físico dos estoques e que seja capaz de controlar os estoques pelo seu valor de realização. O ideal é que esse sistema seja integrado com os sistemas contábeis para que sejam minimizados possíveis erros de “input” manual de dados.

O sistema de controle de estoque deve possuir as seguintes funcionalidades/requisitos mínimos necessários para convergência as IPSAS:

Requisitos para o plano atual:

- Produzir médias de gasto por setor;
- Permitir a autorização e rejeição do pedido com perfil de acesso ao sistema;
- Mensurar a saída dos estoques pelo custo médio ponderado;
- Controlar as saídas por requisitante;
- Informar o centro de custo que consumiu os itens para controle gerencial do custo da entidade;
- Integrar com o cadastro de fornecedores, mercadorias, produtos e serviços da entidade minimizando possíveis erros; e
- Saída de material controlada por número de pedido.

Novos requisitos:

- No caso de devolução de mercadorias para o estoque, realocar o custo para o centro de custo originário;
- Integrar ao Sistema Contábil da entidade;
- Integrar com o Sistema de Custos da entidade;
- Tenha rígidos controles de segurança, não permitindo a sua invasão por pessoas não autorizadas, com controle de senhas evidenciando o perfil de cada tipo de usuário.
- Projetar o preço do material permitindo cotações próximas a de mercado;
- Planejar a saída do material por meio de controle de data de validade e de entrada;
- Controlar o estoque mínimo e máximo desejado de cada item;

- Movimentar os estoques por centros de custos; e
- Permitir comparações entre os preços e condições dos diversos fornecedores.

## **4.5 Sistema de Convênios**

Os convênios deverão ser cadastrados no cadastro de convênios da entidade desejado para que após isso seja feito todos os procedimentos abaixo.

### **4.5.1 Convênios de Receita**

Os convênios de receita são caracterizados pela entrada de recursos para a entidade, para esse tipo de convênio não ocorre a necessidade de criação de um empenho mas sempre deve sempre conter a nota de lançamento e posteriormente acontece a atualização na contabilidade.

Os convênios (termo de convênio ou contrato de repasse) de receita devem ser cadastrados no Sistema de convênios quando do recebimento da 1ª parcela do convênio, exceto os convênios da que não sejam processados por esse sistema, ou seja todos os contratos que não sejam feito pelo sistema deverá ir para a secretária de controle dos convênios.

Esses lançamentos serão realizados no momento que o sistema de convênios alimentar a Contabilidade com o cadastro do convênio, observando o plano de contas elaborado objetivando o acompanhamento. . O modelo de processo de negócio do sistema de convênio de receita está ilustrado na Figura 15, a seguir.

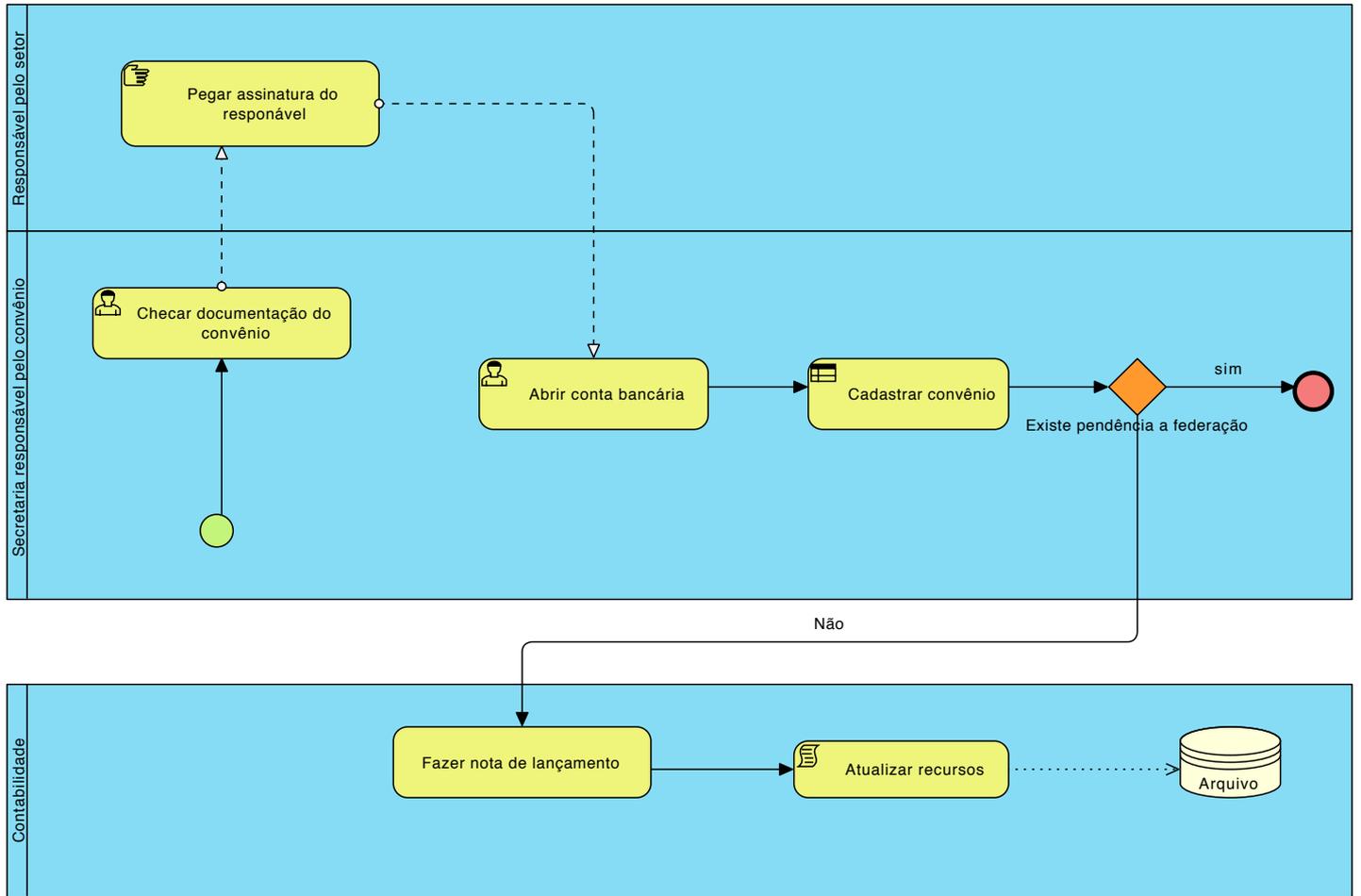


Figura 15 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Convênio de Receita.

O sistema de convênios de receita deve possuir as seguintes funcionalidades/requisitos mínimos necessários para convergência as IPSAS:

Requisitos para o plano atual:

- Registro da descrição do convênio e seu valor total;
- Registrar em qual programa de governo, o recurso e natureza da despesa;
- Registro da contra partida; e
- Registro de valor total do convenio com o valor que foi liberado, valor do pagamento no mês e o que resta (valor liberado- total do convênio) .

Novos requisitos:

- Tenha rígidos controles de segurança, não permitindo a sua invasão por pessoas não autorizadas, com controle de senhas evidenciando o perfil de cada tipo de usuário;
- Integrar com o cadastro de fornecedores, dados bancários da entidade minimizando possíveis erros; e
- Integrar ao Sistema Contábil da entidade.

#### **4.5.2 Convênios de Despesas**

Os convênios de despesa são caracterizados pela saída de recursos da entidade, para esse tipo de convênio sempre deve ser realizado um empenho para que posteriormente aconteça a nota de lançamento e a atualização na contabilidade. O modelo de processo de negócio do sistema de convênio de despesas está ilustrado na Figura 16, a seguir.

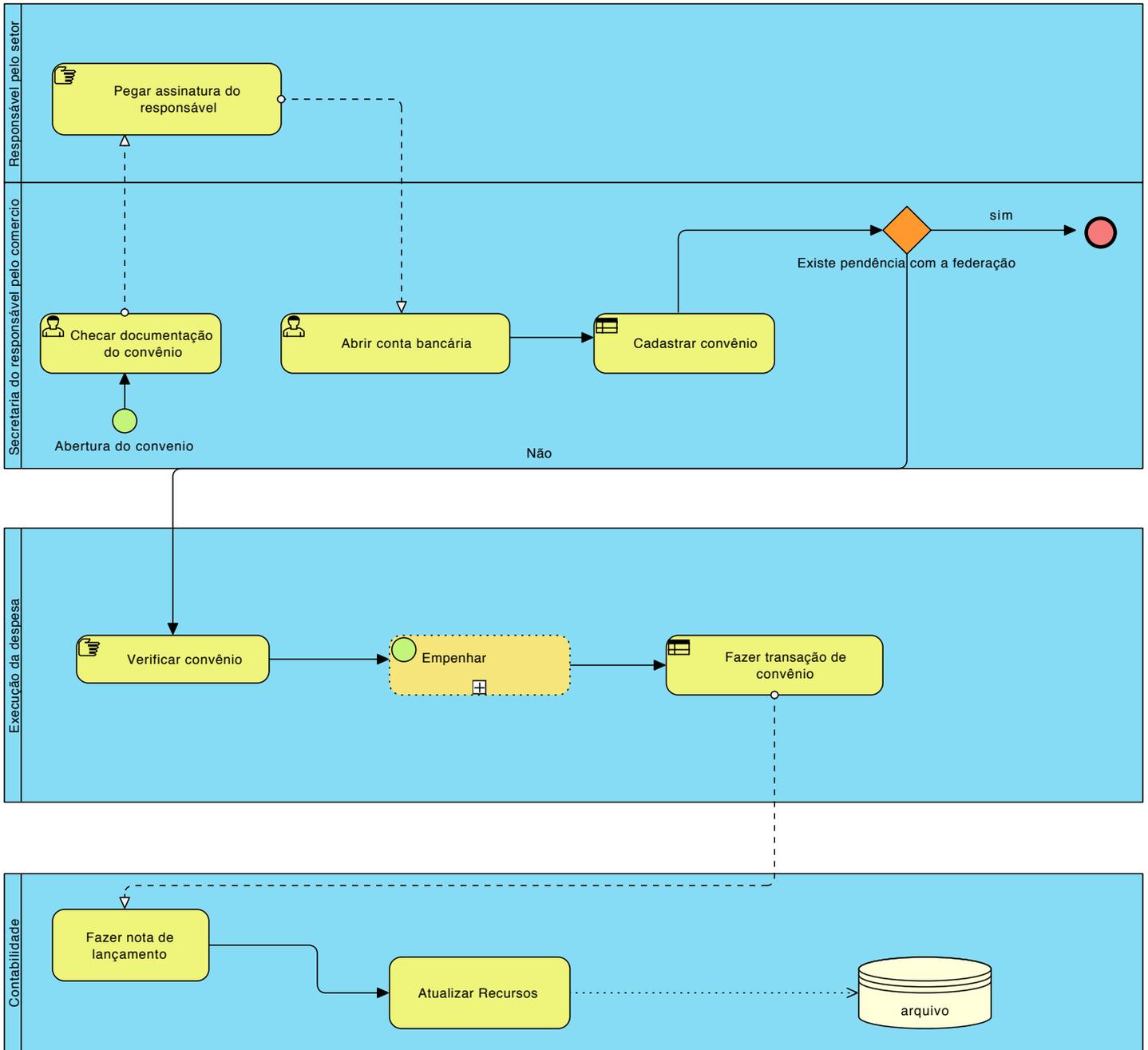


Figura 16 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Convênio de Despesa.

Esses lançamentos serão realizados no momento que o “Sistema de Convênios” alimentar a Contabilidade com o cadastro do convênio, observando o plano de contas elaborado objetivando o acompanhamento dos convênios de receita:

Relacionamos os lançamentos disponibilizados no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para serem observados pelos Entes da Federação para implantação de seus controles dos convênios. Após a criação das contas de controle de convênio, no Plano de Contas do Município, esses lançamentos serão complementados com os códigos completos de cada conta:

O sistema de convênios de receita deve possuir as seguintes funcionalidades/requisitos mínimos necessários para convergência as IPSAS:

Requisitos para o plano atual:

- Registro da descrição do convênio e seu valor total;
- Registrar em qual programa de governo, o recurso e natureza da despesa;
- Registro da contrapartida;
- Registro de valor total do convenio com o valor que foi liberado, valor do pagamento no mês e o que resta (valor liberado- total do convênio).

Novos requisitos:

- Tenha rígidos controles de segurança, não permitindo a sua invasão por pessoas não autorizadas, com controle de senhas evidenciando o perfil de cada tipo de usuário;
- Integrar ao Sistema Contábil da entidade;
- Integrar com o cadastro de fornecedores, dados bancários da entidade minimizando possíveis erros.

#### **4.6 Sistemas de Contratos**

O contrato é feito através da entidade com o interessado pelo mesmo, para o qual deve ocorrer as checagens dos pré-requisitos para a realização do contrato, após essa avaliação é feito um empenho correspondente ao contrato. Posteriormente é feito uma atualização dos dados para a contabilidade. . O modelo de processo de negócio do sistema de contratos está ilustrado na Figura 17, a seguir.

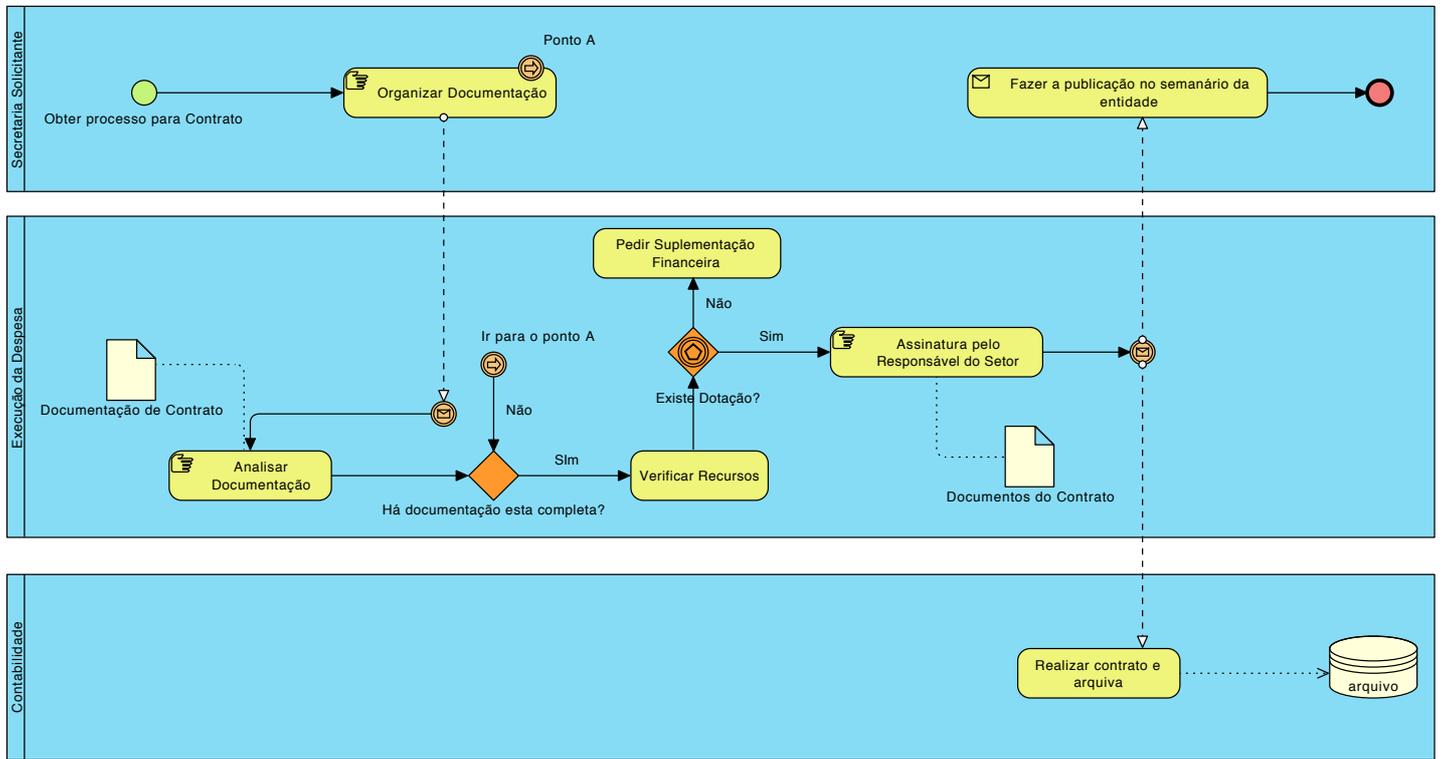


Figura 17 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Contrato.

Os contratos de repasse devem ser cadastrados no Sistema de Contrato, ou seja, se existir algum contrato fora do sistemas o mesmo deverá passar pelo setor responsável pelo contratos.

Relacionamos os lançamentos disponibilizados no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para serem observados pelos Entes da Federação para implantação de seus controles de contratos. Após a criação das contas de controle de contratos, no Plano de Contas do Município, esses lançamentos serão complementados com os códigos completos de cada conta:

O sistema de contrato deve possuir as seguintes funcionalidades/requisitos mínimos necessários para convergência as IPSAS:

Requisitos para o plano atual:

- Registro de valor total do contrato com o valor que foi liberado, valor do pagamento no mês e o que resta (valor liberado- total do convênio) ; e
- Registro da descrição do convênio e seu valor total.

Novos requisitos:

- Tenha rígidos controles de segurança, não permitindo a sua invasão por pessoas não autorizadas, com controle de senhas evidenciando o perfil de cada tipo de usuário;
- Integrar ao Sistema Contábil da entidade; e
- Data máxima para prestação de contas (será calculado pelo sistema com base nas informações da transferência dos recursos financeiros para a conta bancária do responsável).

Essas última informação será processada automaticamente pelo sistema a partir da OB de retorno.

#### **4.7 Sistemas de Suprimento de Fundos**

O suprimento de fundo é um regime aplicado para os casos de despesas que são feitas através de trabalhos ou serviços prestados na entidade ou de uso e fruto do mesmo para as pessoas ligadas ou não a entidade, onde o ordenador da despesa que avalia cada caso. O pagamento do suprimento deve ser feito sempre através de empenho e após isso a contabilidade deve ser atualizada. O modelo de processo de negócio do sistema de suprimento de fundos está ilustrada na Figura 18, a seguir.

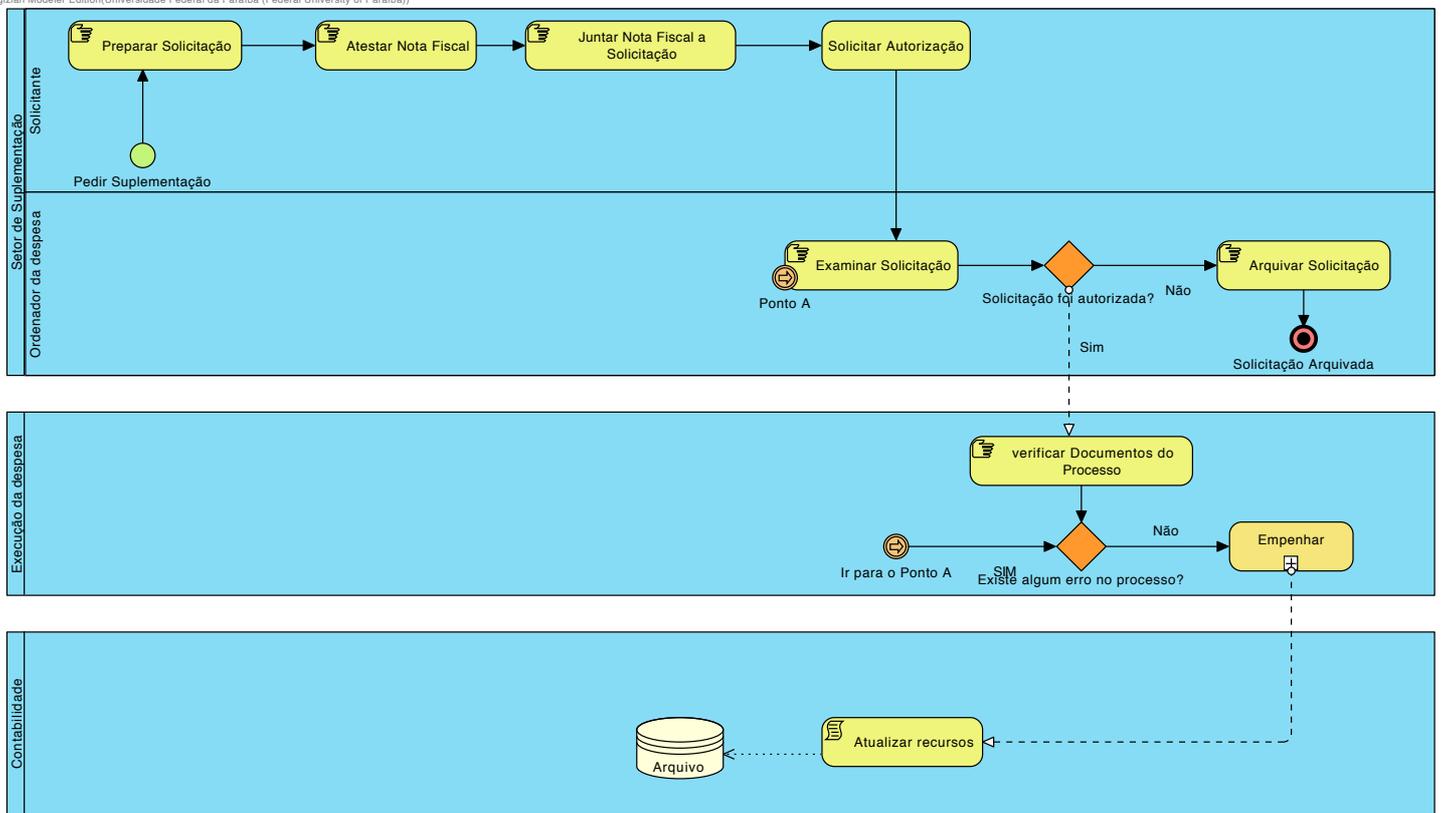


Figura 18 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio de Sistema de Suprimento de Fundos.

Sugerimos a criação ou adequação de um sistema informatizado para o controle dos Adiantamentos (suprimentos de fundos) concedidos para controlar os suprimentos de fundos desde a sua concessão até a aprovação da prestação de contas do suprido. Para criação do sistema deverão ser observadas as seguintes necessidades:

O suprimento de fundo será iniciado pelo Ofício (conforme Art. 7º da Lei 10.679, de 26/12/2005), que deverá ser emitido diretamente no sistema e só será emitido se todas as validações, conforme item 5.7.1 deste relatório. No cadastro do suprimento de fundos deverão ser observados os procedimentos a seguir:

Requisitos para o plano atual:

- Nome do Suprido;
- Matrícula do Suprido;
- CPF do Suprido; e
- Objeto do Suprimento.

Novos requisitos:

- Nota de Empenho (o sistema deverá importar o Empenho automaticamente); e
- Data máxima para prestação de contas (será calculado pelo sistema com base nas informações da transferência dos recursos financeiros para a conta bancária do suprido).

#### **4.7.1. Validações que devem ocorrer**

As solicitações de empenho referentes a suprimento de fundos deverá realizar no cadastro do suprimento de fundos as seguintes validações:

- Se o suprimento está dentro dos limites estabelecidos na portaria;
- Se o suprido está adimplente; e
- Se o suprimento não ultrapassa o limite de dois suprimentos.

#### **4.8 Sistemas de Execução da Despesa**

O sistema de execução é composto por vários processos onde o ponto de início é a criação de empenhos, um empenho é um ato que a entidade se compromete a fazer o pagamento de um serviço ou um produto onde o mesmo não pode ultrapassar o limite do valor da unidade financeira do recurso utilizado. Após a criação dessa obrigação de pagamento ele deve passar ao setor de liquidação, que o mesmo examina todo o processo para que se possa posteriormente fazer o pagamento do mesmo e conseqüentemente a contabilização de tal pagamento e atualização dos dados na contabilidade. . O modelo de processo de negócio do sistema de execução da despesas e seus sob-processos estão ilustradas na Figura 19 até a Figura 26 a seguir.

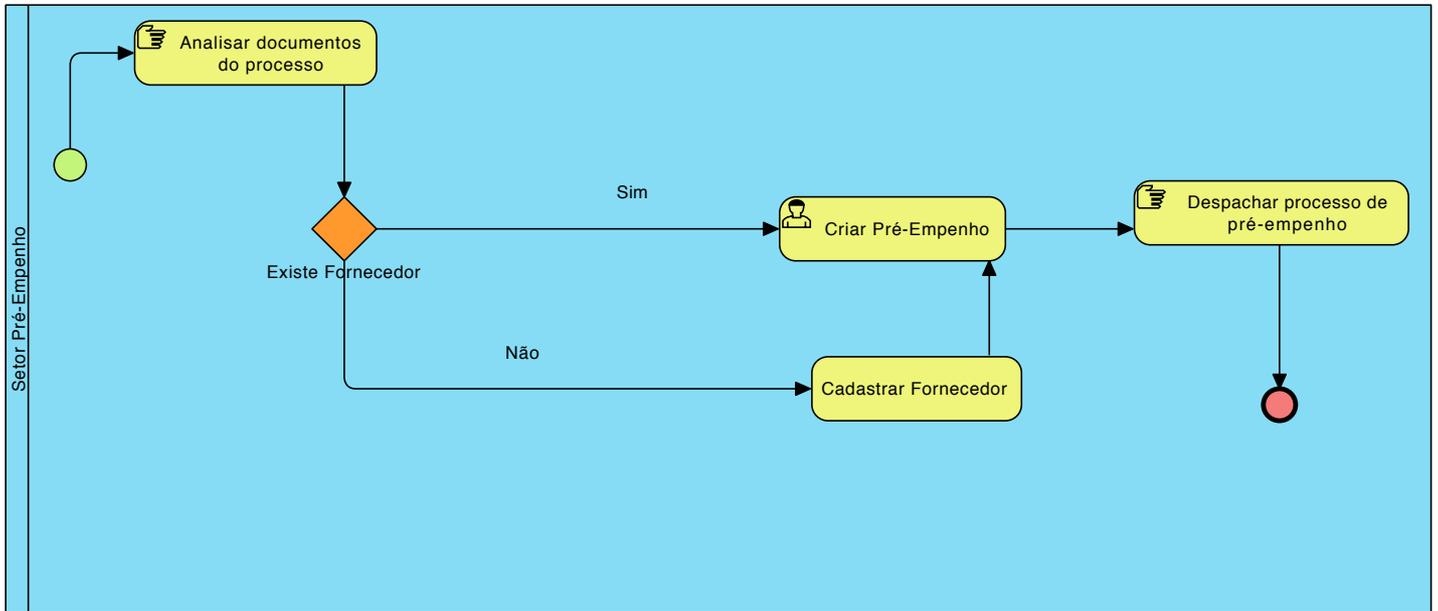


Figura 19 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa referente ao subprocesso Pré-Empenho.

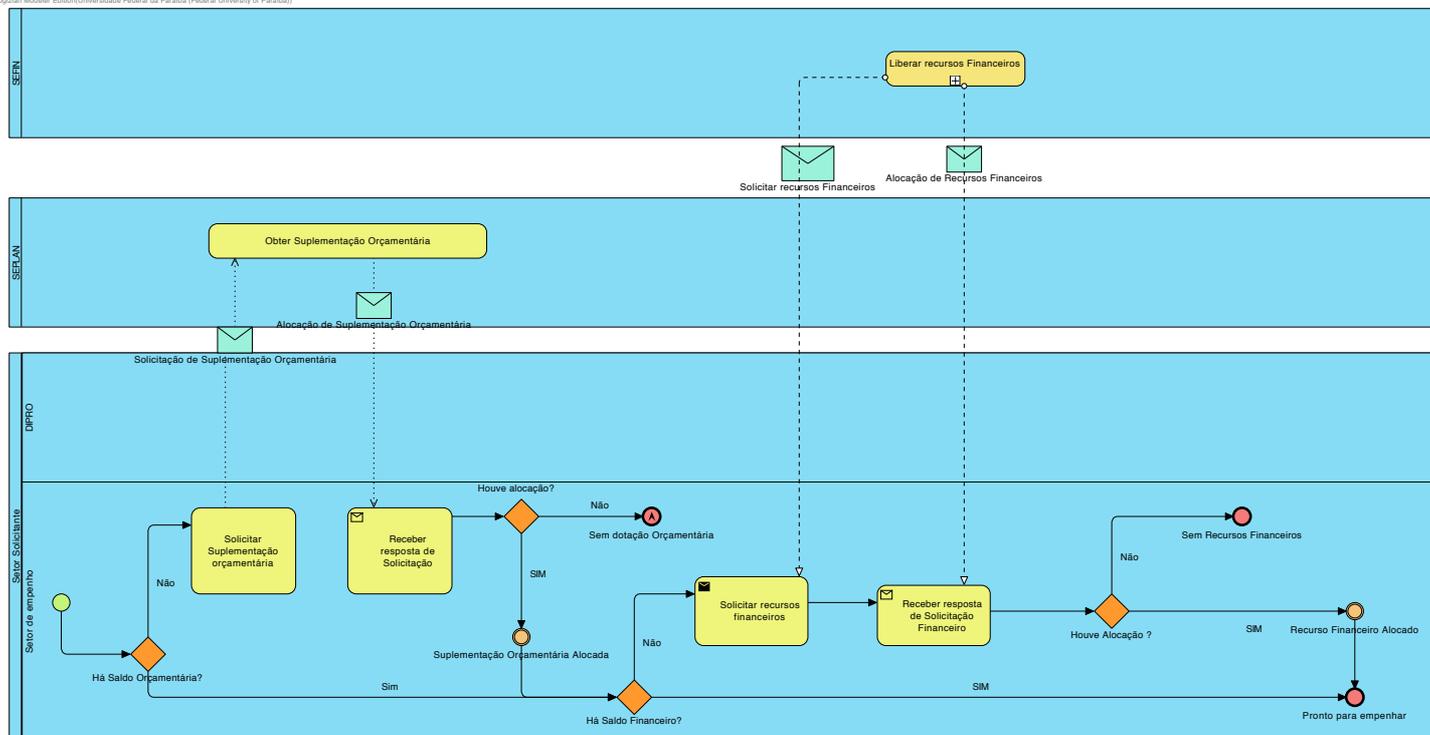


Figura 20 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa referente ao subprocesso Verificar Recursos.

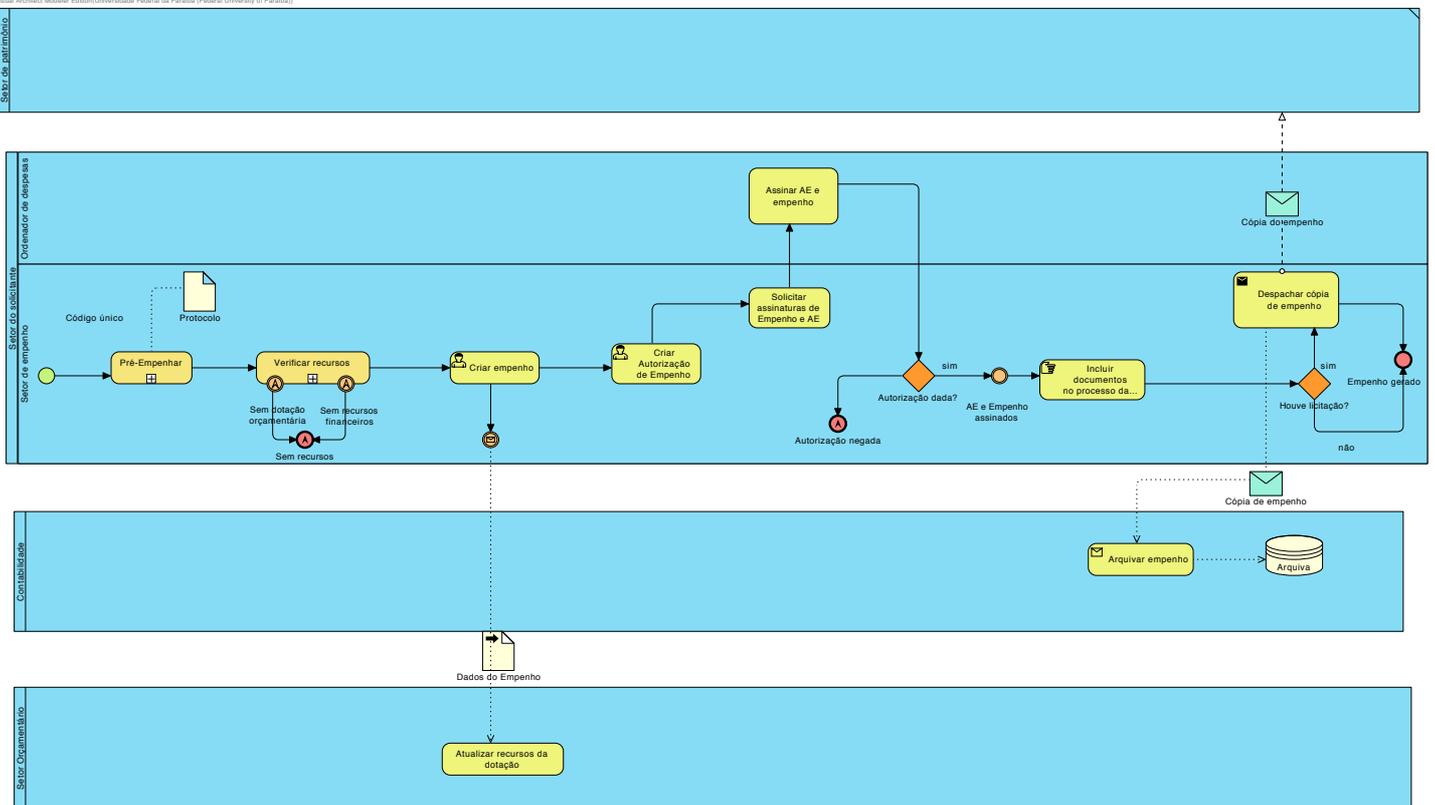


Figura 21 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa referente ao subprocesso Empenho.

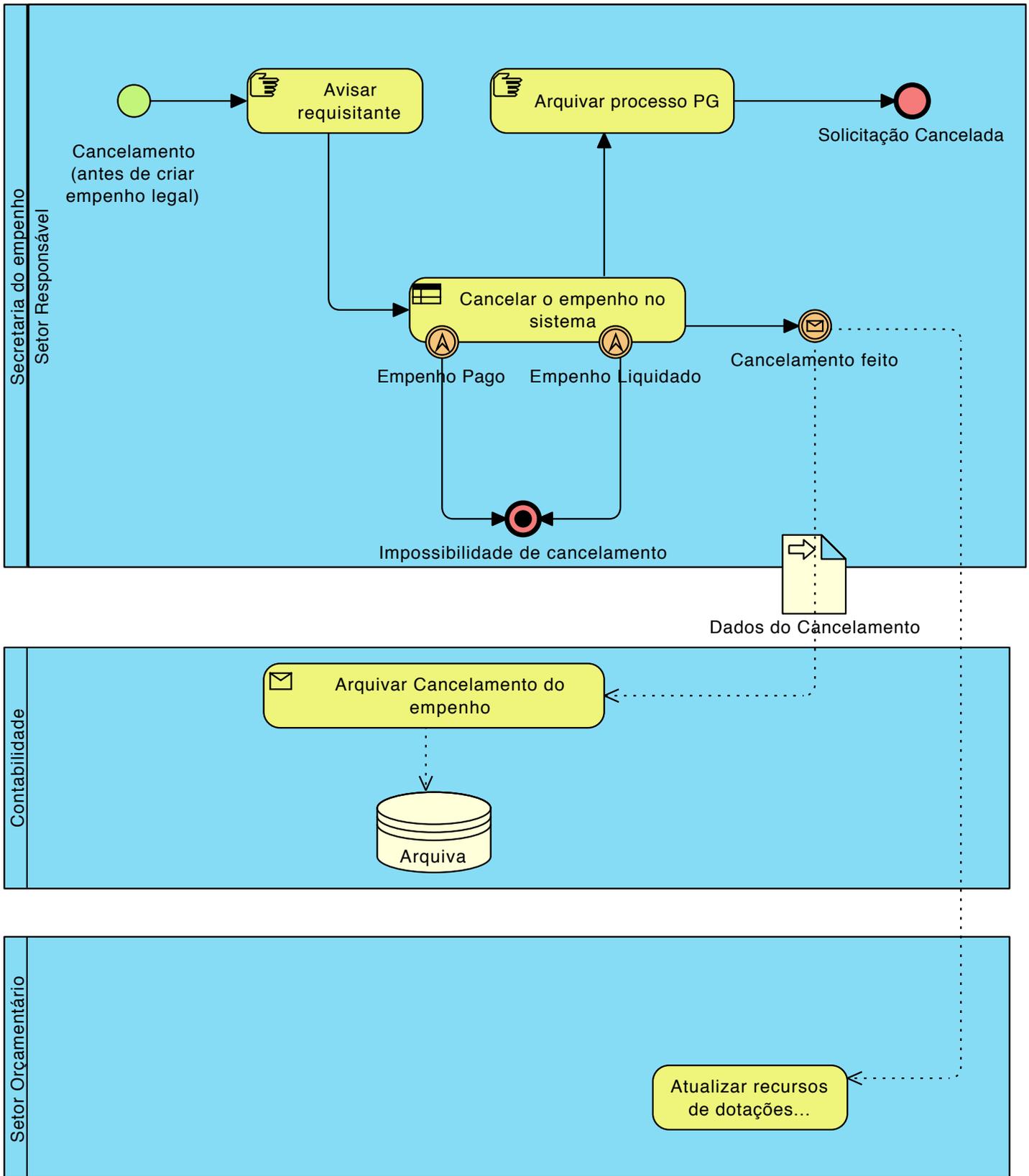


Figura 22 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa subprocesso de Anular empenho.

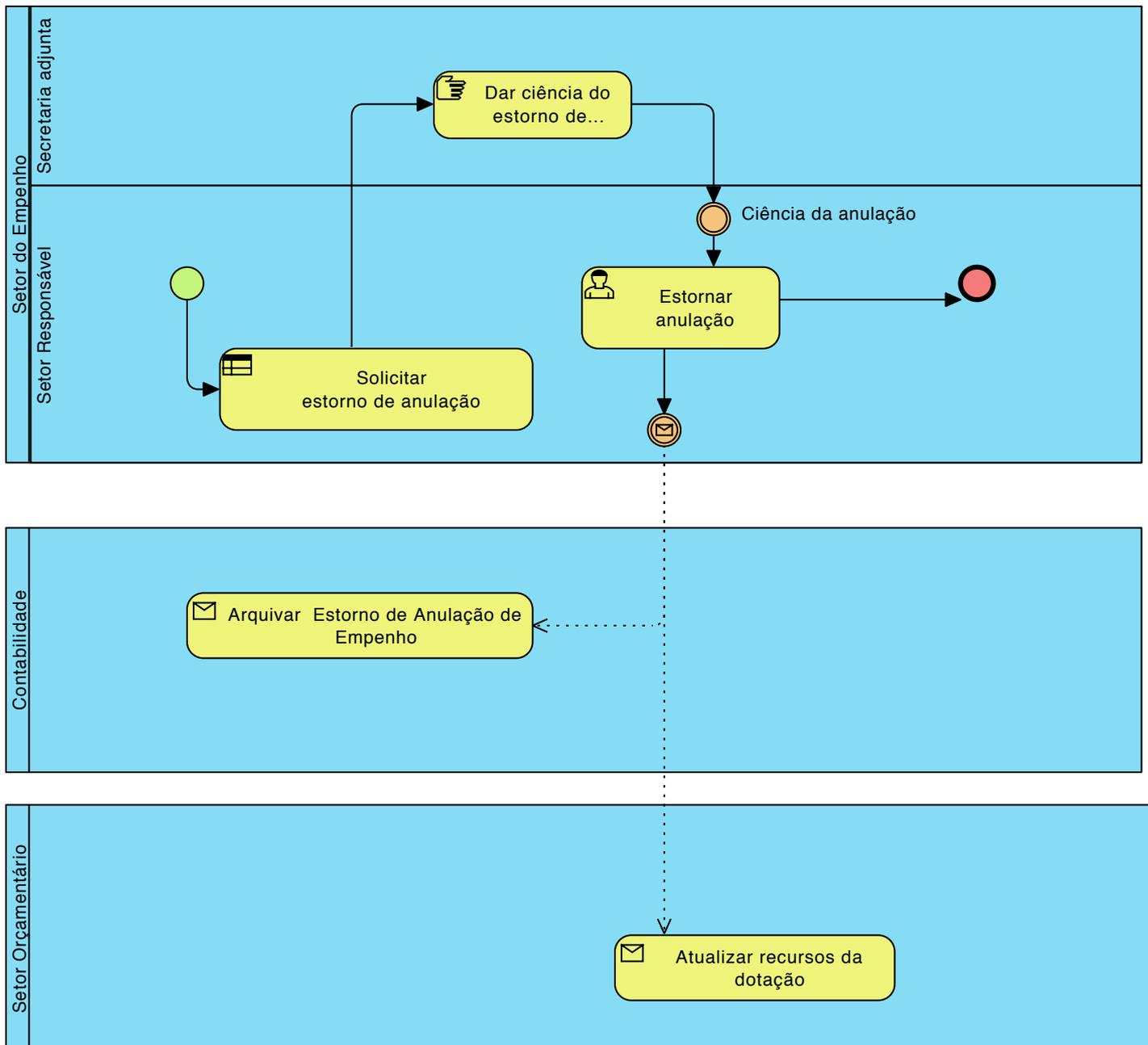


Figura 23 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa referente ao subprocesso Estornar Anulação de Empenho.

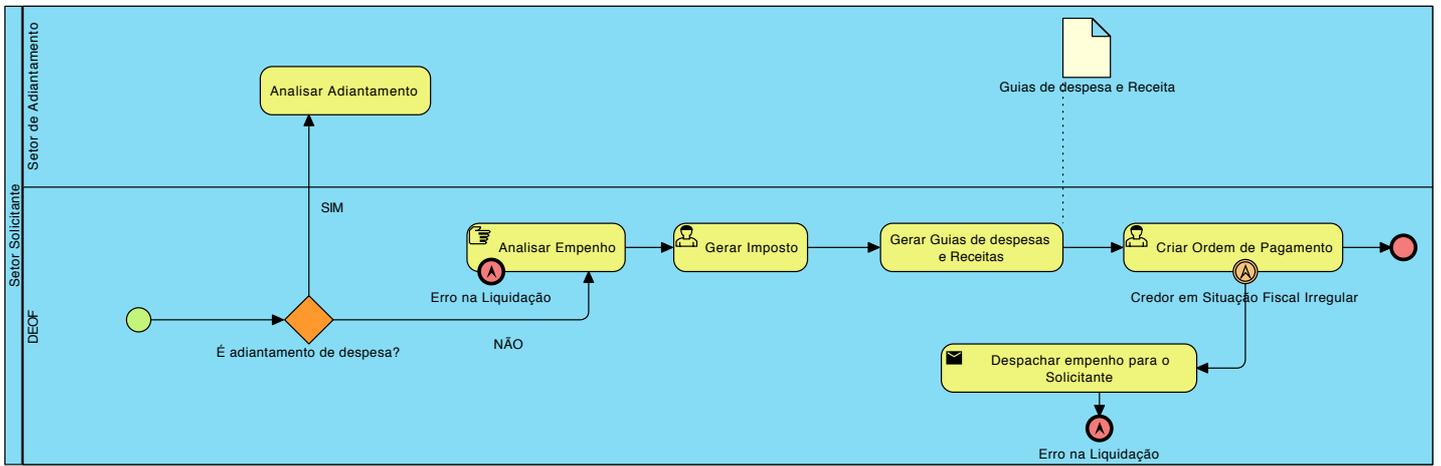


Figura 24 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa referente ao subprocesso Liquidação.

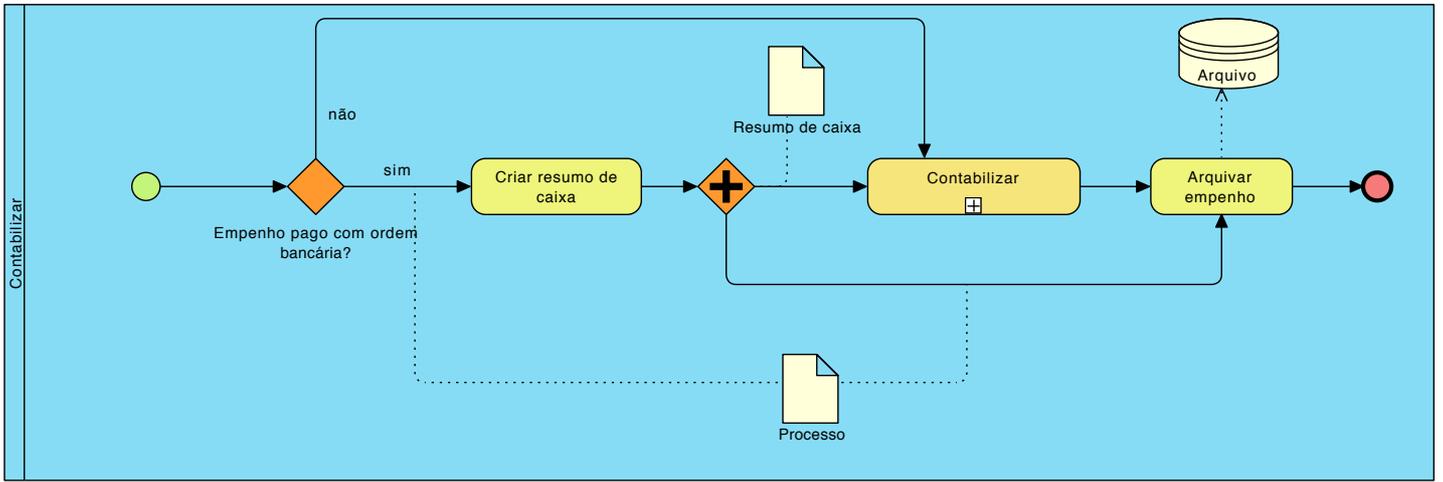


Figura 25 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa referente ao subprocesso Contabilizar.

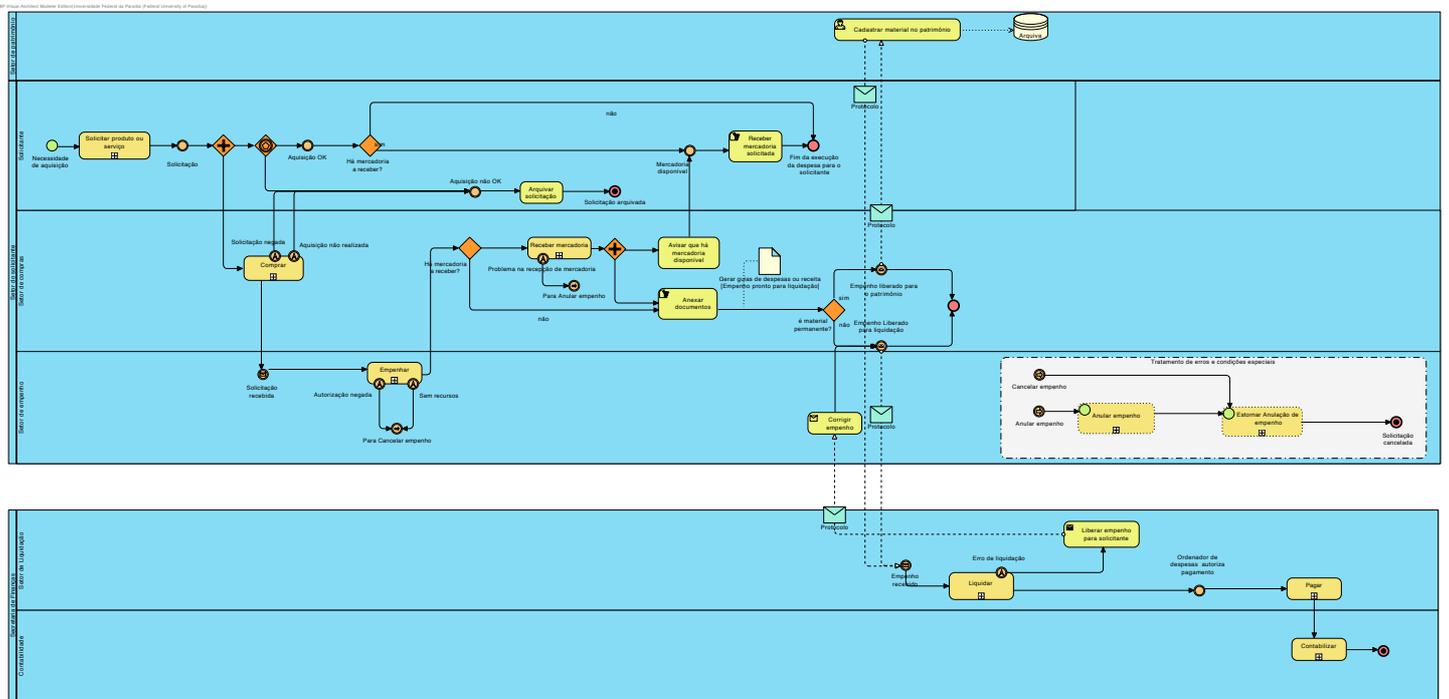


Figura 26 - Exemplo de Modelo do Processo de Negócio do Sistema de Execução da Despesa.

O sistema deverá ter um módulo de execução do suprimento com as seguintes movimentações:

Requisitos para o plano atual:

- Preparação da Prestação de Contas (as prestações de contas deverão ser preparadas diretamente no sistema);
- Recebimento da Prestação de Contas (as prestações de contas deverão ser anexadas ao sistema de forma detalhada);
- Aprovação da Prestação de Contas; Inadimplência;
- Estorno da Inadimplência;
- Estorno do Recebimento da Prestação de Contas; e
- Estorno da Aprovação da Prestação.

Novos requisitos:

- Impugnação de despesas da Prestação de Contas (as despesas deverão ser especificadas sobre suas razões); e
- Estorno da Impugnação de Despesas da Prestação de Contas;

A partir de um processo de análise do MCASP, que foi responsável pela obtenção de alguns dos resultados de requisitos descritos na seção 5.9, isso junto ao processo de análise realizado com pessoas da entidade pública da prefeitura municipal de João Pessoa, e após as perspectivas de inclusão e exclusão feitos através da junção das análises do modelo atual e dos novos procedimentos contidos no MCASP, foi feita uma modelagem que representa a arquitetura do processo da execução da despesa.

## **5. Considerações Finais**

O plano de contas é uma peça fundamental para todas as entidades. A sua ausência nos trabalhos de escrituração contábil permite identificar, através de certos sinais, a conduta imperfeita por parte dos profissionais, na execução de suas tarefas.

Com a motivação pela busca da convergência da Lei 4.320/64, que é correspondente a contabilidade do setor público, segundo os padrões internacionais pretende-se unificar a contabilidade em toda a federação. Isso aconteceu por causa da necessidade de uma conjuntura econômica, interna e externa, tem-se feito muitos esforços pelas organizações contábeis nacionais para adoção de conceitos e procedimentos que já são reconhecidos e utilizados internacionalmente.

No Brasil há entidades que efetuam de modo eficiente o registro dos atos e fatos relativos ao controle da execução orçamentária e financeira na contabilidade aplicada ao setor público. Entretanto ainda há muito a se avançar no que se refere à evidenciação do patrimônio público, por isso a necessidade de uma nova estrutura, para evidenciar os fenômenos patrimoniais através de um tratamento contábil que seja padronizado, deste seus atos e fatos administrativos, no que diz respeito ao setor público. Isto tornou imprescindível a elaboração de um Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) de forma que englobasse todas as entidades: federal, estadual e municipal.

Neste trabalho foi proposta e realizada uma análise das mudanças que ocorreram na lei federal 4.320/64 em todos os sistemas que se interligam ao sistema contábil a partir do estudo MCASP e de como ocorrem os processos de comunicação de cada um dos sistemas que se interligam a ele, e buscando também os requisitos que esses sistemas terão que disponibilizar para a contabilidade.

Esta pesquisa se torna relevante, pois seus resultados poderão auxiliar no processo de adequação ou produção dos sistemas desenvolvidos nas diversas instituições afetadas pelo novo plano de contas.

Com o propósito de mitigar os riscos da ausência de padronização dos processos de negócio nas entidades da federação é proposta, ainda, a análise em mais de uma entidade já que o processo de negócio pode variar. Uma forma de padronização desses processos é uma proposta de trabalhos futuros desta pesquisa, assim como a codificação desses sistemas. Conforme apresentado neste estudo poucas entidades estão se adequando a esta lei, então existe ainda um grande nicho de mercado para quem deseja implementar esse sistema nas entidades. Sobretudo, de forma genérica, as novas modelagens podem ser propostas para preencher uma deficiência existente na parte de processos de negócios.

A parte referente ao sistema de obras não pôde ser abordado neste trabalho, pois o responsável por esse setor não está mais disponível.

Este trabalho teve o objetivo de identificar todos os sistemas que foram afetados pelo novo plano de contas através de estudos do MCASP, literatura da área de contabilidade, como também a contribuição do consultor “João Fortes”. Foi apresentado também uma modelagem de processo de negócio de forma genérica para todos os sistemas afetados pelo novo plano de contas público, bem como, complementar e apresentar os novos e antigos requisitos de cada sistema que foi afetado pela mudança na Lei 4.320/64.

Por fim faz-se necessário explicar que os procedimentos citados na seção 5 desse trabalho devem estar devidamente implementados até 2014, pois a lei 4.320/64 estará entrando em vigor a partir desta data, tornando obrigatório o enquadramento das entidades a estes requisitos de sistemas.

## Referências Bibliográficas

SANTOS, Antonio Dorvalino dos. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. Projeto de educação continuada. São Paulo: ITC Consultoria, set. 2010.

**RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC No 1.255/09**. Disponível em: < [http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1255.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1255.doc) >. Acesso em 15. jul. 2012.

**RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC No 1.159 DE 13.02.2009**. Disponível em:<[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1159\\_2009.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1159_2009.htm)>. Acesso em: 01 nov. 2012.

**Municípios devem adotar novo plano de contas em 2013**. Disponível em :<<http://amm-mt.jusbrasil.com.br/politica/8249355/municipios-devem-adotar-novo-plano-de-contas-em-2013>>. Acesso em 12 dez. 2012

SÁ, Antonio Lopes de. **Plano de Contas**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, José Luiz dos, SCHMIDT, Paulo, FERNANDES, Luciane Alves e MACHADO, Nilson Perinazzo. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu e GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade**. Suplemento.1 ed. 2 Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.

**RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC No 1.055 DE 07.10.2005**. Disponível em: < [www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1055.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1055.doc)>. Acesso em: 20.abr. 2012.

REIS, Linda G. **Produção de Monografia: da teoria à prática**. 2. Ed. Brasília: SENAC – DF; 2008

COSTA, Rodrigo Simão Da. **Contabilidade para iniciantes em ciências contábeis e cursos afins: inclui as alterações da lei 4.320/64** São Paulo: Editora SENAC, 2010.

CARLIN, Diego de Oliveira. **CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA NA CONTABILIDADE PÚBLICA BRASILEIRA**. Rvista do Conselho Regional de Contabilidade

do Rio Grande do Sul – CRCRS. Porto Alegre, n.8, set. 2008, Disponível em: <[http://www.crcrs.org.br/revistaeletronica/artigos/08 diego.pdf](http://www.crcrs.org.br/revistaeletronica/artigos/08%20diego.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2012.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a Metodologia do Trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

**A historia da contabilidade publica**.Disponível em :<<http://afonsow.blogspot.com.br/>> **Acesso em 12 dez. 2012**

**Processo de convergência da contabilidade publica**.Disponível em : <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&ved=0CDAQFjAC&url=http%3A%2F%2Fead.ifrj.edu.br%2Fmoodle\\_np%2Ffile.php%2F1%2FCurso\\_Tecnico\\_em\\_Servicos\\_Publicos%2F5o\\_Trimestre%2Fcontabilidade\\_publica\\_-\\_RIO\\_-\\_alta\\_resolucao.pdf&ei=c9iTUODZGojo0gH68oGOBg&usg=AFQjCNGOUJi52QMH-7\\_TOh-K3qlylVBiNw](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&ved=0CDAQFjAC&url=http%3A%2F%2Fead.ifrj.edu.br%2Fmoodle_np%2Ffile.php%2F1%2FCurso_Tecnico_em_Servicos_Publicos%2F5o_Trimestre%2Fcontabilidade_publica_-_RIO_-_alta_resolucao.pdf&ei=c9iTUODZGojo0gH68oGOBg&usg=AFQjCNGOUJi52QMH-7_TOh-K3qlylVBiNw)> **Acesso em 12 dez. 2012**

**Programa de gestão governamental**. Disponível em : <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CDUQFjAD&url=http%3A%2F%2Fpgg.fundap.sp.gov.br%2Fexec%2Fpdfs%2FContPubl\\_cap1.pdf&ei=c9iTUODZGojo0gH68oGOBg&usg=AFQjCNEVD\\_8NjpAWXQ-5Yt\\_l6ZOtFDWuGw](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CDUQFjAD&url=http%3A%2F%2Fpgg.fundap.sp.gov.br%2Fexec%2Fpdfs%2FContPubl_cap1.pdf&ei=c9iTUODZGojo0gH68oGOBg&usg=AFQjCNEVD_8NjpAWXQ-5Yt_l6ZOtFDWuGw)> **Acesso em 12 dez. 2012**

**Um pouco de história da Contabilidade Pública Brasileira. Contabilidade de exercício ou Contabilidade de gestão. Uma discussão de 106 anos. Disponível em:**<<http://linomartins.wordpress.com/2009/06/04/um-pouco-de-historia-da-contabilidade-publica-brasileira-contabilidade-de-exercicio-ou-contabilidade-de-gestao-uma-discussao-de-106-anos/>> **Acesso em 12 dez. 2012**

**Como elaborar um plano de contas contábil**.Disponível em:<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/planodecontas.htm>> **Acesso em 12 dez. 2012**

**Introdução a Contabilidade**.Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=contabilidade00> > **Acesso em 12 dez. 2012**

**020600-plano de Contas**.Disponível em:<<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/020600>> **Acesso em 12 set. 2012**

**Adequação do Sistema de Contabilidade Pública: novo plano de contas, competência e custos.** Disponível em

:<<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CDwQFjA&url=http%3A%2F%2Fwww.custosnosedorpublico.net%2Frestrita%2Fimagem%2Farq4ddfc814d51d0.pdf&ei=owe1UK27I42Y8gTq4ICwAg&usg=AFQjCNGYdvyoMT9tUfjwsytCWVetIPEgQ>>

Acesso em 12 set. 2012

**A nova contabilidade dos municípios.** Disponível em

:<[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&ved=0CEEQFjAB&url=http%3A%2F%2Fportal.cnm.org.br%2Fsites%2F9800%2F9877%2Fdoc%2Fcartilha.pdf&ei=owe1UK27I42Y8gTq4ICwAg&usg=AFQjCNFdNeR\\_FITD6Qo89IaoHfjVRp7EYA](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&ved=0CEEQFjAB&url=http%3A%2F%2Fportal.cnm.org.br%2Fsites%2F9800%2F9877%2Fdoc%2Fcartilha.pdf&ei=owe1UK27I42Y8gTq4ICwAg&usg=AFQjCNFdNeR_FITD6Qo89IaoHfjVRp7EYA)>

Acesso em 12 set. 2012

**Programas de Contabilidade Pública (software contábil) devem se adequar ao novo PCASP.**

Disponível em :<<http://www.blogdosidoca.com/2012/03/programas-de-contabilidade-publica.html>>

Acesso em 12 set. 2012

**TCE-MT apresenta minuta do novo plano de contas do Sistema APLIC adaptado às novas regras da contabilidade aplicada ao setor público.** Disponível em

:<<http://tce-mt.jusbrasil.com.br/noticias/3172074/tce-mt-apresenta-minuta-do-novo-plano-de-contas-do-sistema-aplic-adaptado-as-novas-regras-da-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico>>

Acesso em 12 set. 2012

**Manual de contabilidade aplicado ao setor publico.** Disponível em

:<<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&cad=rja&ved=0CFoQFjAG&url=http%3A%2F%2Fwww3.tesouro.gov.br%2Flegislacao%2Fdownload%2Fcontabilidade%2FVolu->

[me\\_IV\\_PCASP.pdf&ei=owe1UK27I42Y8gTq4ICwAg&usg=AFQjCNEEWbQJ9DN\\_UyIrlhldJBle1Pjh0Q](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&cad=rja&ved=0CFoQFjAG&url=http%3A%2F%2Fwww3.tesouro.gov.br%2Flegislacao%2Fdownload%2Fcontabilidade%2FVolu-me_IV_PCASP.pdf&ei=owe1UK27I42Y8gTq4ICwAg&usg=AFQjCNEEWbQJ9DN_UyIrlhldJBle1Pjh0Q)>

Acesso em 12 set. 2012

**Sistemas de contas.** Disponível em:

<<http://www.consultormunicipal.adv.br/novo/iframe/listaarquivos.php?arquivo=0001.txt&dir=contpub>

> Acesso em 12 set. 2012

**Nova estrutura de plano de contas dos RPPS será obrigatória a partir de 2013.** Disponível em

:<[http://www.cnm.org.br/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=39&Itemid=130&limitstart=15](http://www.cnm.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=39&Itemid=130&limitstart=15)>

Acesso em 12 set. 2012

**Curso de Contabilidade aplicada ao Setor Público.** Disponível em:  
<<http://www.tce.mt.gov.br/conteudo/show/sid/529/cid/27656/t/Curso+de+Contabilidade+aplicada+ao+Setor+P%FAblico>> Acesso em 12 set. 2012.